

2022

Relatório Anual

O ano do reencontro

RELATÓRIO ANUAL MICI 2022

Este Relatório Anual foi desenvolvido sob a supervisão de Andrea Repetto Vargas, diretora do MICI.

Edição e coordenação: Esteve Sala.

Entradas de conteúdo: Gastón Aín, Katty Araya, María Camila Barriga, Amanda Beaujon, María Elisa Dugo, Marcos Favero, Sebastian Gonzalez, Andrea Guevara, Martín Packmann, Andrea Repetto e Esteban Tovar.

Coordenação de produção: Rebeca García e Camila Luz.

Revisão de traduções: Camila Luz, Sara Ureña e Julio Vázquez Aguilar.

Design gráfico: Giacomo Cicirello.

Fotografias: Equipe MICI.

Catalogação na fonte fornecida pela Biblioteca Felipe Herrera do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação: Relatório anual 2022 / Banco Interamericano de Desenvolvimento.

p. cm.

1. Development banks-Latin America-Yearbooks. 2. Social responsibility in banking-Latin America. 3. Economic development projects-Social aspects-Latin America. 4. Economic development projects-Environmental aspects-Latin America. I. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Mecanismo Independente de Consulta e Investigação.

IDB-AN-342

JEL: O1, O10, O19, Q01

Palavras-chave: Responsabilidade, Gestão de Reclamações, Fase de Consulta, Fase de Verificação da Observância, Acesso à Informação

Copyright © 2023 Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzida com atribuição ao MICI e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido.

Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO.

Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.





2022

Relatório Anual

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

Grupo BID

CONTEÚDO

Mensagem da diretoria executiva	2
Mensagem da diretora.....	3
Principais destaques de 2022	4
Na Fase de Consulta	6
Na Fase de Verificação da Observância	7
Em promoção do acesso.....	8
MICI Reflexões	12
O portfólio de reclamações em 2022.....	14
As reclamações em números.....	16
Gestão de reclamações com risco de represálias.....	21
O gerenciamento em 2022, caso por caso.....	22
Fase de Consulta	23
Fase de Verificação da Observância.....	35
Reclamações sob análise de admissibilidade	43
Reclamações não registradas	46
Anexos.....	55
Anexo 1. Orçamento 2022	56
Anexo 2. Divulgação em 2022	57



Cabo Haitiano, Haiti.

Mensagem da diretoria executiva

A capacidade das agências multilaterais de ter um impacto no desenvolvimento requer mecanismos apropriados de prestação de contas e uma interação atenta e engajada com a sociedade civil. O impacto do desenvolvimento, a responsabilidade ambiental e social, a transparência e a prestação de contas estão cada vez mais entrelaçados. Neste contexto, o trabalho do MICI como interlocutor das comunidades e das partes interessadas no decorrer dos projetos nos quais o Grupo BID contribui é um sinal de nosso compromisso com o bem-estar dos indivíduos e populações, bem como uma parte fundamental do aprendizado e fortalecimento institucional.

O trabalho do MICI tem sido fundamental para garantir que a experiência e o feedback fornecidos pela população civil sejam incorporados em nossas políticas. Em particular, o trabalho de verificação do MICI contribuiu para a avaliação e revisão das Salvaguardas Ambientais e Sociais, o que resultou, em 2021, em uma nova estrutura de política ambiental e social, uma das mais abrangentes e modernas entre as multilaterais. Da mesma forma, quando as comunidades alegam potenciais impactos negativos, a contribuição do MICI para facilitar o diálogo em estágios-chave do ciclo do projeto aumenta a capacidade do Grupo BID de responder diretamente e em tempo hábil ao feedback fornecido pelos beneficiários e partes interessadas sobre o trabalho do Grupo BID e sua contribuição para a agenda de desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

O papel do MICI em proporcionar acesso à voz das comunidades e da sociedade civil é um elemento indispensável para que o Grupo BID continue transformando vidas com responsabilidade ambiental e social. Por isso, comemoramos mais um ano de suas operações e apoiamos plenamente seu papel, missão e atividade, em favor do desenvolvimento e do fortalecimento institucional.

Alejandro Gaytán González

Diretor Executivo

Presidente do Comitê de Políticas e Avaliação do BID



Um MICI mais acessível e com maior impacto

Quando assumi a direção do MICI, em março de 2021, apresentei à diretoria a minha visão e o meu compromisso com um Mecanismo ainda mais acessível e com maior impacto para fortalecer a prestação de contas no Grupo BID. Acredito que 2022 foi um marco importante em nosso objetivo de construir um MICI mais forte, que possa servir melhor aos países da América Latina e do Caribe. Estas são as quatro razões principais.

O ano de 2022 foi marcado pelo reencontro. Desde o início da pandemia, toda a equipe trabalhou incansavelmente para que o tratamento das reclamações continuasse com a máxima normalidade possível sob a nova realidade imposta pelo trabalho remoto e pelas videoconferências. Na maioria dos casos, foi possível avançar com a gestão remota sem grandes prejuízos e, no caminho, aprendemos a extrair o máximo das possibilidades que a tecnologia nos oferece. No entanto, também identificamos suas principais limitações, que impuseram um alto preço a algumas das reclamações gerenciadas. O ano de 2022 deixa em nossa memória reencontros emocionantes, histórias realmente humanas e pessoais que a distância havia ofuscado e cujo valor é incalculável para a resolução de disputas e para os processos de verificação da observância.

Além desta proximidade física, ao longo do ano também fortalecemos nosso relacionamento com diferentes atores-chave, tanto no Grupo BID como nas organizações da sociedade civil da região, nas comunidades locais, nas associações profissionais e nas universidades. De todos e de cada um deles, conseguimos escutar diferentes perspectivas e nos enriquecemos com sua sabedoria. Essa escuta atenta e esse trabalho estreito é crucial para que o MICI possa trabalhar com todos e, assim, de forma conjunta e colaborativa, melhorar os aspectos ambientais e sociais dos projetos de desenvolvimento.

Outro aspecto fundamental para nossa tarefa de prestação de contas é a geração de conhecimentos e aprendizados que o Grupo BID possa usar para melhorar o seu desempenho na estruturação e na

implementação de seus projetos. 2022 não foi só o ano em que publicamos mais produtos em nosso programa de conhecimento, o MICI Reflexões, mas também representou um ponto de inflexão nos espaços criados e nos temas abordados. Ao longo do ano, organizamos debates e sessões de trabalho com especialistas nas áreas de conhecimento sobre represálias, reparação, resolução de disputas, temáticas ambientais e sociais e verificação de cumprimento. Quero ressaltar especialmente a prevenção e a atenção ao risco de represálias — uma realidade que, infelizmente, continua sendo muito urgente em nossa região. Apesar das limitações da nossa própria esfera de atuação, temos trabalhado para antecipar essas situações e para gerar as capacidades e as ferramentas para influenciar cada vez mais a prevenção e a antecipação a esses riscos.

Todos esses avanços também foram o resultado do apoio oferecido a todo momento pela Diretoria Executiva e, mais especificamente, do plano aprovado em 2020 pelos diretores para consolidar a equipe do Mecanismo, de forma progressiva, com cargos fixos. Em 2022, esse processo foi concluído, com uma configuração de quatro cargos permanentes para cada uma das Fases, o que permitiu assegurar maior estabilidade no gerenciamento dos casos. Essa estrutura reforçada já resultou em melhorias nos processos e tempos de gestão.

Entretanto, ainda nos resta um longo caminho a percorrer, mas acredito que o Grupo BID agora dispõe de um instrumento mais sólido para trabalhar com todos os atores a fim de garantir a sustentabilidade social e ambiental de seus projetos e, deste modo, contribuir ainda mais com a missão do Grupo BID em melhorar vidas na América Latina e no Caribe. Nós, do MICI, continuaremos trabalhando com absolutamente todos até conseguirmos atingir o objetivo de melhorar o desenvolvimento em nossa região.

Andrea Repetto
Diretora do MICI

Principais destaques de 2022

33

Em 2022, o MICI gerenciou um total de 33 reclamações. Cinco correspondem ao BID Invest, uma ao BID Lab e 27 aos projetos do BID.

Em 2022, o mecanismo recebeu **21 novas reclamações**, ou seja,

41%

a mais do que a média desde 2015, quando a atual política do MICI entrou em vigência.

Essas 21 novas reclamações representam um recorde comparado a 2015, com um aumento de 9,5% em relação a 2021.

66%

Duas em cada três novas reclamações foram encerradas nas etapas de registro ou de admissibilidade.

7

A Fase de Verificação da Observância

gerenciou sete casos, com quatro casos novos transferidos da Fase de Consulta. A Fase concluiu o monitoramento do plano de ação com medidas corretivas em uma das reclamações.

15 A Fase de Consulta

gerenciou 15 casos: seis novos e nove recebidos em anos anteriores.

Durante o ano, um novo acordo foi celebrado e foi dado seguimento à implementação de acordos celebrados em sete casos. Uma reclamação foi encerrada com a plena implementação do acordo.

2.899



Em 2022, quase 3.000 pessoas participaram dos **36 eventos com participação do Mecanismo**, tanto com o Grupo BID como com audiências externas.

42%

Em 2022, as comunidades reclamantes expressaram o seu **temor de possíveis represálias em 42% dos casos** gerenciados pelo MICI.

Isso representa 13 pontos a menos do que em 2021.



Interior do projeto hidrelétrico Ituango.

Um mecanismo pós-pandemia

2022 foi o ano da reativação das missões em campo do MICI, suspensas durante os anos de pandemia. O retorno do trabalho presencial permite que o MICI trabalhe mais estreitamente com todos os atores, ao mesmo tempo em que a virtualidade dos últimos anos trouxe lições importantes para uma nova normalidade híbrida.

Represálias: como assegurar o acesso seguro ao Mecanismo

Continuando os esforços dos anos anteriores, o MICI redobrou suas ações de promoção de um contexto livre de ameaças e represálias para as comunidades reclamantes. O Mecanismo realizou pela primeira vez comunicações públicas e diligências dentro do Banco para alertar sobre uma situação particularmente grave. Além disso, novos espaços de troca de experiências e de sensibilização foram criados dentro do Grupo.

Novos formatos para compartilhar experiências

O mecanismo criou novos espaços de troca de experiências, aprendizados e reflexões com diversos atores-chave. Assim, a Fase de Consulta, por exemplo, participou de comunidades de prática com especialistas em resolução de disputas de outros mecanismos pares. Dentro do Grupo BID, o MICI foi convidado para diversas reuniões com equipes de projetos e especialistas em salvaguardas, e também organizou debates e análises sobre temas centrais para o nosso trabalho.

Mais produtos de conhecimento

Este ano, o MICI publicou cinco novos produtos de conhecimento. Pela primeira vez, uma dessas publicações fez uma análise panorâmica de múltiplas investigações do MICI. Além disso, dois anos depois do início da pandemia, uma nota analisa de maneira inovadora as transformações que a mediação on-line pode introduzir na disciplina de resolução de disputas. E, por fim, três resumos apresentam brevemente as principais descobertas de três casos sob a verificação da observância.

Consolidação da equipe

Em 2022, o MICI completou o processo de consolidação dos cargos permanentes que a Diretoria Executiva aprovou em 2020 e 2021. O aumento de cargos e a transformação de consultorias temporárias em postos fixos contribuíram para uma maior estabilidade e continuidade no gerenciamento dos casos.

Na Fase de Consulta

Resolução de disputas em formato híbrido

Em abril, a Fase de Consulta realizou a primeira missão em campo do MICI depois de 25 meses de restrições em razão da Covid-19. A retomada dos encontros presenciais significou também a recuperação da proximidade e uma miríade de nuances — elementos-chave para a resolução de disputas — que as telas e conexões remotas deixam de fora. Nestes últimos dois anos, as altas doses de dedicação e engenhosidade permitiram, por exemplo, encerrar com êxito duas reclamações

com monitoramento totalmente remoto em 2021 e 2022. Porém, também ficaram evidentes as limitações do trabalho remoto. Apesar de todos os esforços, não foi possível chegar a um acordo final para uma reclamação na Colômbia ([MICI-CII-CO-2019-0152](#)) que estava em diálogo remoto há mais de dois anos e para a qual alguns acordos parciais já estavam sendo implementados. Outro caso, no Peru ([MICI-PE-2015-0094](#)), foi transferido para a Fase de Verificação da Observância

depois da constatação de que não seria possível implementar o acordo celebrado em 2017.

O tempo, um fator fundamental

Neste ano, um dos casos encerrados com a plena implementação do acordo entre as partes, no Equador ([MICI-BID-EC-2018-0131](#)), ressalta a importância do gerenciamento de tempo adequado para a resolução de disputas. Essa questão é ainda mais importante a partir do recente desenvolvimento e posto em prática dos mecanismos de atenção a reclamações do BID e



As partes chegaram a acordos parciais para o projeto Autopista 4G Ruta del Cacao



Sessão de diálogo na Argentina

do BID Invest. Nesse caso, o acionamento antecipado do MICI permitiu encontrar uma solução consensual com muitas opções a mais na mesa porque a construção do projeto havia apenas começado. Na etapa de acompanhamento, o gerenciamento do tempo também foi um fator-chave na superação de diversos atrasos e complicações relacionados à Covid-19. Mais informações estão disponíveis neste [documento de resumo](#).

Soluções sob medida

Pela primeira vez, um caso gerenciado pela Fase de Consulta gerou mais de um acordo entre as partes. Trata-se da reclamação referente à construção do metrô de Bogotá, na Colômbia ([MICI-BID-CO-2022-0184](#)), para a qual foi preciso chegar a múltiplos compromissos para tratar, de maneira individualizada, a situação particular de cada reclamante. No fim do ano, boa parte dos acordos já estavam implementados.



Reunião com reclamantes em Bogotá, Colômbia

Na Fase de Verificação da Observância

Uma investigação muito esperada

Em junho, foi realizada a visita de campo dos especialistas de investigação sobre o projeto hidrelétrico Ituango, na Colômbia, inicialmente prevista para abril de 2020, mas postergada devido à situação da pandemia. A missão, além do grande valor que tinha para as comunidades reclamantes e de ter envolvido uma série de desafios logísticos pela complexidade da investigação e pelo contexto de insegurança da área, também permitiu concluir o trabalho de maneira remota e a análise de escritório que havia sido realizada nos últimos dois anos.

Melhorando processos para melhorar as respostas

Neste ano, a Fase está revisando os seus métodos de trabalho para otimizar os procedimentos internos e reduzir a duração dos processos, com o objetivo final de tornar mais efetiva sua contribuição para as comunidades reclamantes e para o Grupo BID. Como exemplo destes esforços, pela primeira vez desde 2017, a Fase completou três recomendações de investigação nos 21 dias úteis conforme definido pela Política, sem ter que solicitar extensão de prazos.

Guatemala: a importância de construir relações

A reclamação referente a dois projetos hidrelétricos na Guatemala ([MICI-CII-GU-2018-0136](#)) contribuiu para gerar o entendimento da necessidade de um novo tipo de relacionamento entre os povos indígenas e o Grupo BID. Atualmente, o MICI está dando seguimento ao plano de ação elaborado pelo BID Invest em 2021, cujo objetivo é satisfazer as recomendações e as descobertas do Relatório de Verificação da Observância. Para assegurar uma troca construtiva na implementação deste plano, o MICI facilitou tanto a aproximação entre a equipe do projeto e as comunidades reclamantes, como a criação de um espaço de troca de informações e critérios. Apesar dos desafios logísticos, as partes começaram a construir uma relação que tem como



Reunião com a equipe do projeto hidrelétrico de Ituango (imagem superior) e com os reclamantes (abaixo) durante a missão de investigação na Colômbia.



objetivo uma melhor compreensão do trabalho do Grupo BID e das necessidades e desafios das comunidades locais.

Reduzindo barreiras

Para este mesmo caso, a Fase traduziu, pela primeira vez, uma investigação e um documento de resumo informativo para as línguas maias (Chuj e Q'anjob'al). Desta forma, o Mecanismo busca tornar suas descobertas e recomendações mais acessíveis e compreensíveis às comunidades indígenas que apresentam a reclamação.

Em promoção do acesso

EM NÚMEROS

Mais de
• **2.150** → **21**
participantes em eventos externos

Mais de
• **700** → **15**
participantes em atividades no Grupo BID

● Constituição da segunda geração do **Grupo Consultivo Externo**

Em 2022, o Mecanismo pôde retomar as atividades presenciais de promoção de acesso, tanto na região como na sua sede, mantendo também as interações virtuais. Essas ações são cruciais para divulgar o Mecanismo e para que este seja mais acessível às comunidades que precisam recorrer ao MICI. No total, o MICI organizou ou participou de 36 eventos internos e externos, com uma audiência total de quase 3.000 pessoas.



Diálogo com a sociedade civil

Ao longo do ano, o MICI realizou cinco reuniões com organizações da sociedade civil (OSCs) da região, quatro em formato virtual e uma presencial em Nova Iorque, como parte da reunião anual dos mecanismos independentes de prestação de contas (IAMnet). Essas discussões proporcionaram uma oportunidade para conhecer melhor suas preocupações e inquietações e apresentar os principais resultados do trabalho do Mecanismo, o [portal de dados abertos](#) “AccountabilityDATA” e os avanços do plano de ação de OVE.

Por outro lado, o MICI foi convidado pelo BID e pelo BID Invest para participar, pela primeira vez, de um encontro com as OSCs para apresentar os novos mecanismos de atenção a reclamações criados por ambas instituições. A sessão permitiu esclarecer as dúvidas sobre a articulação dos diferentes recursos disponíveis, suas respectivas funções e características.

Trocas de conhecimento com o Grupo BID

O Mecanismo organizou e foi convidado a participar de diversos debates internos com diferentes áreas do BID e do BID Invest. Entre outros, foram realizados dois debates com interlocutores externos para aprofundar a análise das formas de reparação em projetos de desenvolvimento. O Mecanismo também foi convidado a múltiplos espaços para trocar experiências e conhecimentos sobre resolução de disputas, questões ambientais e sociais e prestação de contas.



Why does stakeholder engagement matter for impact assessment in Latin America and the Caribbean?



Relacionamento com públicos especializados

A equipe do MICI seguiu participando de fóruns internacionais em assuntos relevantes para o trabalho do Mecanismo, como resoluções de disputas, verificações de cumprimento e avaliações de impacto. Como nos anos anteriores, o MICI organizou o Congresso Americano de Mediação, no qual realizou três apresentações. O MICI também [participou dos painéis](#) do congresso anual da Associação Internacional para Avaliação de Impacto (IAIA), que contou com mais de 1.100 especialistas.

No âmbito acadêmico, o MICI manteve o relacionamento com cursos de graduação de várias universidades da América Latina para assegurar que os jovens profissionais da região conheçam o Mecanismo. Este ano, às colaborações já estabelecidas em anos anteriores, somou-se a Especialização em Alianças Público-Privadas, da *Lead University* na Costa Rica.

Segunda geração do Grupo Consultivo Externo

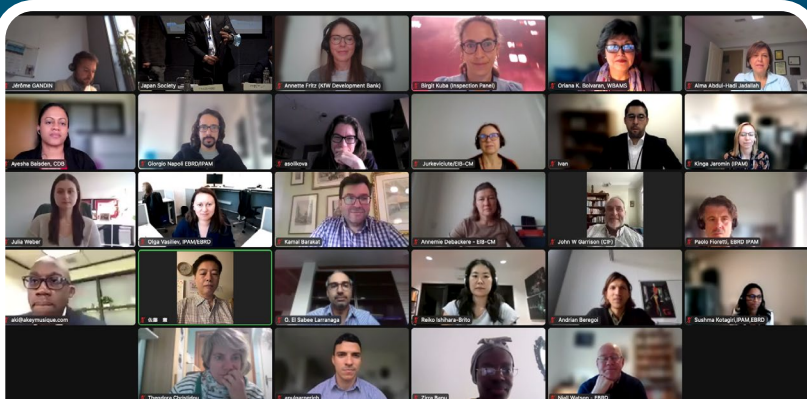
Em novembro, constituiu-se a segunda geração do Grupo Consultivo Externo (GCE), formado por seis profissionais especialistas que prestarão assessoria ao Mecanismo de maneira voluntária e não vinculante. Esse Grupo enriquece o Mecanismo por meio de perspectivas e conhecimentos de especialistas externos com uma vasta experiência em diferentes áreas-chave para a nossa atividade, como salvaguardas ambientais e sociais, sociedade civil, resolução de conflitos, gestão empresarial e direitos humanos, entre outros. Dessa forma, o GCE contribui para fortalecer o desempenho do MICI, para a qualidade do seu trabalho e para o seu impacto na região.



Trabalho com outros mecanismos pares

A troca de experiências entre os diferentes mecanismos independentes de prestação de contas é uma fonte de conhecimento e aprendizado importante para fortalecer nosso trabalho. Como em anos anteriores, o MICI seguiu trabalhando em estreita colaboração com diferentes membros da IAMnet, que agrupa 23 instituições pares.

Durante o ano, a equipe realizou várias sessões especializadas sobre a prática de resolução de disputas e múltiplas reuniões bilaterais com outras instituições interessadas em conhecer mais sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Mecanismo. Em outubro, uma delegação do MICI também participou da XIX Reunião Anual da IAMnet que, pela primeira vez, foi realizada em formato híbrido, virtual e presencial, e contou com mais de 120 representantes.



A XIX Reunião Anual da IAMnet, pela primeira vez, foi realizada em formato híbrido virtual e presencial



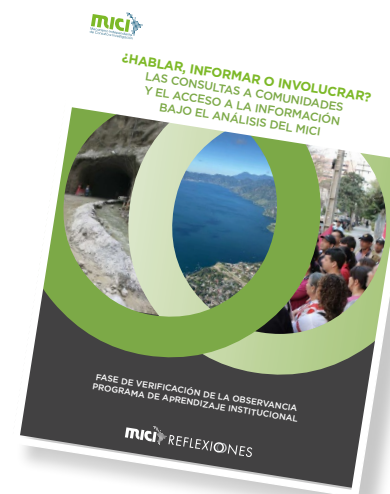
MICI Reflexões

O MICI Reflexões é um programa de conhecimento criado para promover reflexões institucionais a partir dos casos gerenciados e gerar aprendizados que contribuam para melhorar o desempenho do Grupo BID. Durante o ano, além de publicar cinco novos produtos, o programa também gerou múltiplos espaços de retroalimentação e de análise dentro do Grupo BID, para aprofundar os conhecimentos em diversas áreas.

Aprendizados extraídos das investigações do MICI

Desde 2010, as 10 investigações encerradas na Fase de Verificação da Observância destacaram alguns aspectos que aparecem de forma recorrente nas reclamações apresentadas pelas comunidades da região. Esta nova nota técnica do MICI Reflexões, que analisa essas investigações, aborda especificamente dois temas recorrentes: o acesso à informação e a consulta prévia às comunidades. Sob o título [Falar, informar ou envolver?: as consultas às comunidades e o acesso à informação sob a análise do MICI](#), a nota contribui com uma análise de grande valor sobre a implementação das políticas ambientais e sociais do Grupo BID.

Para a elaboração dessa nota, foi realizada em maio uma discussão sobre a proposta com um grupo focal que integrou diferentes departamentos do BID e do BID Invest. Em dezembro, a partir dessas valiosas contribuições, a nova publicação foi apresentada em um evento interno.





Resolução de conflitos em um contexto virtual

Em outubro, foi publicada a nota “[Mediação on-line e conflito social](#)”, elaborada pelo coordenador da Fase de Consulta, Gastón Ain. A nota analisa as transformações que a mediação online introduziu na prática de resolução de disputas socioambientais. Essa publicação reúne considerações baseadas tanto na experiência cotidiana como nas primeiras evidências científicas na América Latina e no Caribe, onde um contexto de conflitos sociais facilmente inflamáveis é frequente.



Resumo de três casos investigados pelo MICI

Como parte da série de resumos de caso lançados em 2021, a Fase de Verificação da Observância publicou três novos resumos de casos, que reúnem lições e aprendizados a partir das investigações realizadas.

- 1. México** Mareña Renovables: Reforçando o “significativo” de consultas significativas
- 2. Paraguai** Metrobús: Um antes e um depois na gestão do deslocamento econômico
- 3. Chile** Uma nova abordagem para questões de gênero: lições aprendidas com Alto Maipo



O portfólio de reclamações em 2022

O MICI GERENCIOU

33 reclamações em 2022

12 correspondentes a anos anteriores

21
recebidas ao longo do ano



Trata-se de um recorde tanto no número de casos recebidos como no total de casos gerenciados em um único ano.

Caso	País	Nome e código do projeto	Situação em 31 de dezembro de 2022
MICI-PE-2015-0094	Peru	Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru - Terceira Fase (PTRT-3) (PE-L1026)	Fase de Verificação da Observância — Seleção do painel de investigação
MICI-BID-HA-2017-0114	Haiti	Programa de Infraestrutura Produtiva — Reclamação II (HA-L1055)	Fase de Consulta — Acompanhamento dos acordos
MICI-BID-CH-2017-0115	Chile	Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo (CH-L1067)	Fase de Verificação da Observância — Encerrada durante o monitoramento
MICI-BID-EC-2018-0131	Equador	Programa de Reconstrução de Infraestrutura Elétrica das Áreas Afetadas pelo Terremoto no Equador (EC-L1219)	Fase de Consulta — Encerrada após a implementação do acordo
MICI-CII-CO-2018-0133	Colômbia	Projeto Hidrelétrico de Ituango (11794-04)	Fase de Verificação da Observância — Em investigação
MICI-CII-GU-2018-0136	Guatemala	Geradora San Mateo S.A. e Geradora San Andrés S.A. (GU3794A-01, GU3798A-01)	Fase de Verificação da Observância — Elaboração do plano de monitoramento
MICI-BID-AR-2019-0148	Argentina	Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Reconquista — Reclamação III (AR-L1121)	Fase de Consulta — Acompanhamento dos acordos
MICI-CII-CO-2019-0152	Colômbia	Rodovia 4G - Ruta del Cacao (12252-01)	Fase de Verificação da Observância — Preparação da recomendação
MICI-BID-AR-2021-0164	Argentina	Programa de Desenvolvimento de Áreas Metropolitanas do Interior II (AR-L1243)	Fase de Consulta — Acompanhamento dos acordos
MICI-BID-AR-2021-0170	Argentina	Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos — Reclamação II (AR-L1151)	Fase de Consulta — Em processo de diálogo
MICI-BID-CR-2021-0171	Costa Rica	Programa da Rede Rodoviária Cantonal II (CR-L1065)	Fase de Consulta — Acompanhamento dos acordos
MICI-BID-AR-2021-0178	Argentina	Programa de Água Potável e Saneamento (PAYS) para Centros Urbanos (AR-L1162)	Fase de Verificação da Observância — Encerrada com a recomendação de não investigar
MICI-BID-AR-2022-0182	Argentina	Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos — Reclamação IV (AR-L1151)	Fase de Verificação da Observância — Preparação da recomendação
MICI-BID-BO-2022-0183	Bolívia	Revigorando o Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação na Bolívia (BO-T1346)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-CO-2022-0184	Colômbia	Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação IV (CO-L1234)	Fase de Consulta — Acompanhamento dos acordos
MICI-BID-VE-2022-0185	Venezuela	Apoio ao Programa Ação Social Centro de Música - Fase II (VE-L1017)	Concluída — Não registrada
MICI-CII-UR-2022-0186	Uruguai	Linha de Transmissão Verde Tacuarembó-Salto (12220-01)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-AR-2022-0187	Argentina	Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Reconquista — Reclamação IV (AR-L1121)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-AR-2022-0188	Argentina	Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Reconquista — Reclamação V (AR-L1121)	Fase de Consulta — Em processo de diálogo
MICI-BID-BR-2022-0189	Brasil	Programa Nacional de Desenvolvimento de Turismo - PRODETUR Nacional-Rio de Janeiro (BR-L1210)	Fase de Consulta — Avaliação para o processo de diálogo
MICI-BID-TT-2022-0190	Trindade e Tobago	Programa de Requalificação e Revitalização Urbana (TT-L1057)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-CO-2022-0191	Colômbia	Programa de Adoção e Implementação de Cadastro Multipropósito Rural-Urbano (CO-L1164)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-CO-2022-0192	Colômbia	Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação V (CO-L1234)	Fase de Consulta — Em processo de diálogo
MICI-BID-CO-2022-0193	Colômbia	Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação VI (CO-L1234)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-CO-2022-0194	Colômbia	Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação VII (CO-L1234)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-NI-2022-0195	Nicarágua	Projeto de Melhoria e Gestão Sustentável dos Serviços de Água Potável e Saneamento em Áreas Urbanas e Periurbanas (NI-L1145)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-BR-2022-0196	Brasil	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR Nacional-Bahia) (BR-L1300)	Concluída — Não admissível
MICI-BID-CO-2022-0197	Colômbia	Central Hidroelétrica Porce III — Reclamação II (CO-L1005)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-BR-2022-0198	Brasil	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica — Reclamação II (BR-L1241)	Concluída — Não registrada
MICI-CII-UR-2022-0199	Uruguai	Linha de Transmissão Verde Tacuarembó-Salto — Reclamação II (12220-01)	Fase de Consulta — Avaliação para o processo de diálogo
MICI-BID-CO-2022-0200	Colômbia	Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação VIII (CO-L1234)	Concluída — Não registrada
MICI-BID-AR-2022-0201	Argentina	Projeto de Melhoria da Ferrovia General San Martín: Ramal Retiro-Pilar (AR-L1267)	Admissibilidade — Em processo
MICI-BID-BR-2022-0202	Brasil	Programa de Reestruturação e Melhora da Qualidade das Redes Assistenciais na Cidade de São Paulo -Avança Saúde SP (BR-L1429)	Concluída — Não registrada

As reclamações em números

Com relação ao portfólio de reclamações gerenciadas em 2021, em 2022 houve um aumento...

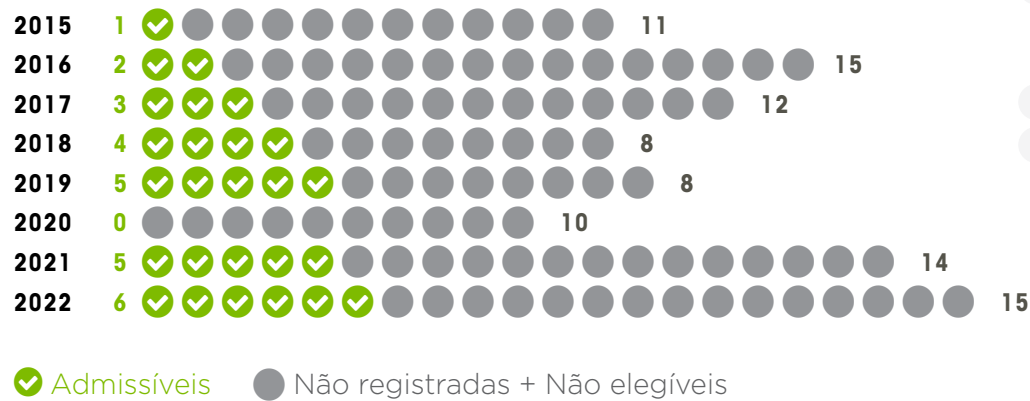
- ▲ Nas operações com categoria ambiental A, que possuem riscos potencialmente mais elevados
- ▲ Das reclamações vinculadas a projetos de energia
- ▲ Do número total de reclamações gerenciadas
- ▲ Das Reclamações apresentadas individualmente

... E houve uma redução...

- ▼ Nos casos apresentados por grupos comunitários e comunidades indígenas.
- ▼ Nos projetos com um risco ambiental médio (B)

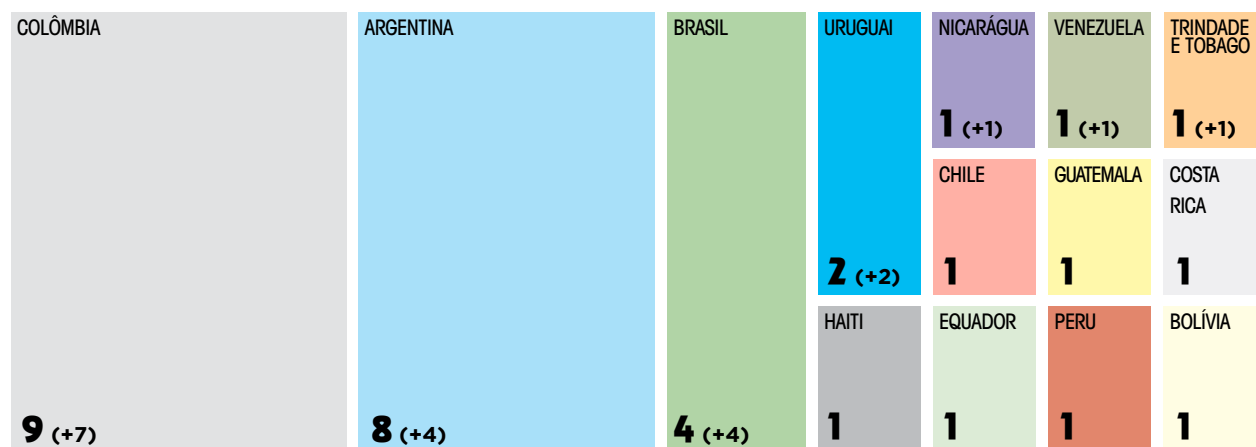
Evolução das reclamações recebidas

O número de reclamações recebidas pelo MICI em um só ano segue aumentando desde 2020, para um recorde de 21 novas reclamações em 2022. Também foi o ano em que mais casos foram declarados admissíveis (seis) e, portanto, começaram a ser gerenciados nas Fases.



Qual é a procedência das reclamações?

Este ano, as reclamações gerenciadas tiveram procedência de 14 países, principalmente Colômbia, Argentina e Brasil. A Colômbia, com sete reclamações novas, encabeça o número de queixas apresentadas em 2022 e, pela primeira vez, o MICI recebeu uma reclamação da Nicarágua.



Fonte de todos os gráficos: Sistema de gerenciamento de casos MICI

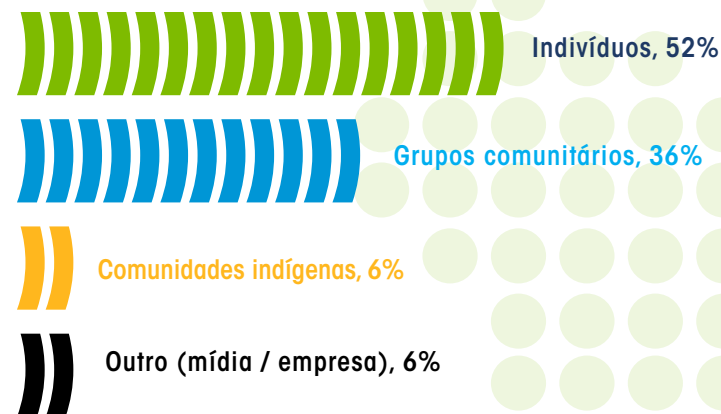
Casos por país (entre parênteses os recebidos em 2022)

As reclamações recebidas em 2022

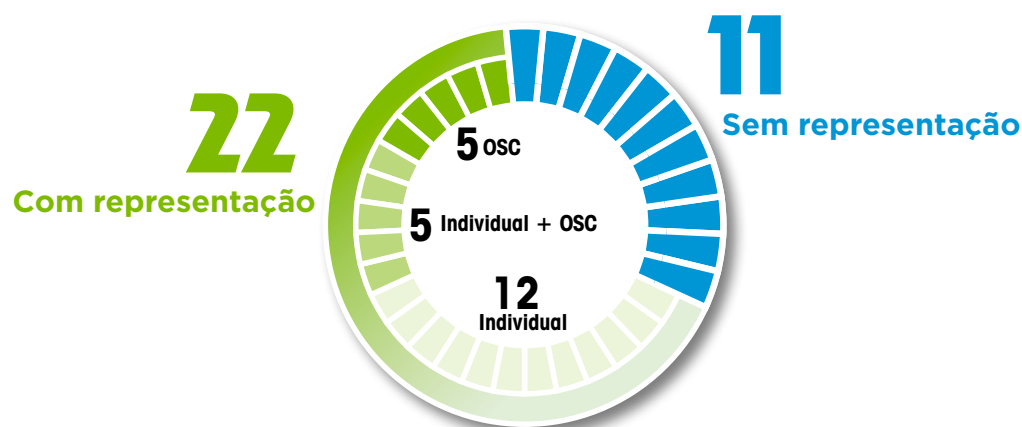
As reclamações recebidas em 2022 tiveram procedência de oito países, principalmente da Colômbia (uma em cada três novas reclamações), do Brasil e da Argentina. Das sete novas queixas da Colômbia, cinco delas referiam-se ao mesmo projeto.

Quem apresenta as reclamações?

Ao contrário dos anos anteriores, a maioria das reclamações do portfólio (17) foi apresentada por pessoas individualmente e correspondem a novas reclamações recebidas em 2022. No portfólio como um todo, há 14 queixas apresentadas por grupos comunitários e comunidades indígenas.



Em uma em cada três reclamações (11), os reclamantes apresentaram suas respectivas reclamações de maneira direta, enquanto os demais 22 recorreram a representantes. As organizações da sociedade civil (OSCs) acompanham 30% das reclamações, com um leve aumento em comparação ao portfólio de 2021.

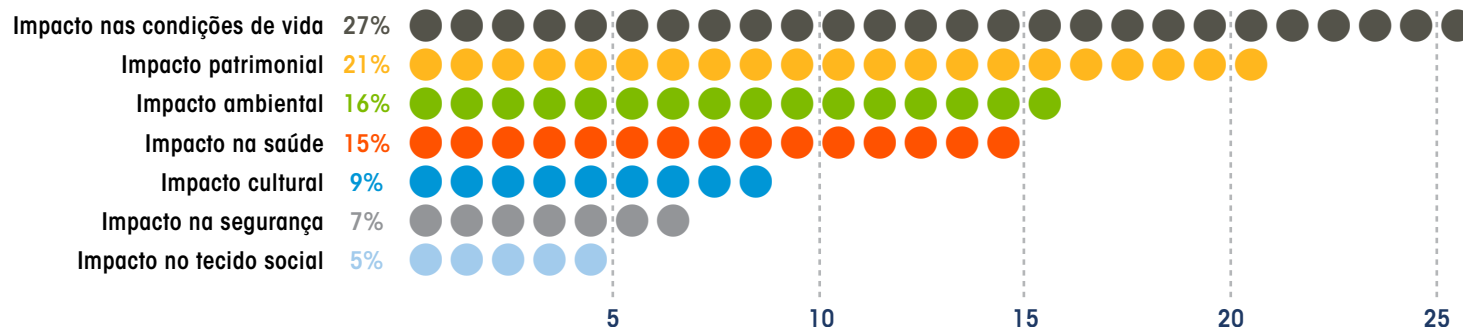


As reclamações recebidas em 2022

A maioria (11) das reclamações recebidas em 2022 foi apresentada de maneira direta (sem representantes). Em 2022, as organizações da sociedade civil apresentaram somente duas novas queixas.

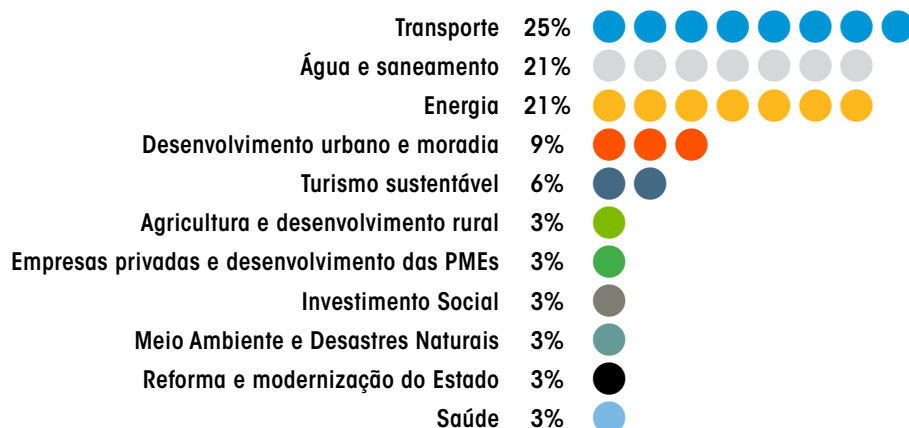
Que tipo de afetações são alegados?

Este ano, a imensa maioria (26) das reclamações gerenciadas alegavam impacto nas condições de vida das comunidades reclamantes. As reclamações também se referem de maneira recorrente aos impactos patrimoniais (21), ambientais (16) e sobre a saúde (15).



De quais setores provêm as reclamações?

As reclamações relacionadas ao setor de Transporte aumentaram em 2022 e já reúnem uma em cada quatro queixas. Seguem-se as operações vinculadas ao setor de Água e saneamento (7), Energia (7) e Desenvolvimento urbano e moradia (3).



As reclamações recebidas em 2022

Em relação aos setores, as reclamações recebidas em 2022 seguem um comportamento análogo, com as operações de Transporte, Água e saneamento e Energia reunindo a maioria das reclamações. Uma em cada quatro novas reclamações (28%) se refere a projetos de transporte. Pela primeira vez, o MICI recebeu uma reclamação relacionada ao setor sanitário.

79% das reclamações estão ligadas a projetos com administrações públicas e as que se referem ao setor privado tiveram um leve aumento em comparação ao ano anterior (sete reclamações, equivalentes a 21%). Destas, cinco reclamações estão ligadas às operações do BID Invest, majoritariamente recebidas em anos anteriores.

Qual é a categoria ambiental das reclamações?

Ao contrário dos anos anteriores, as operações que possam ter impacto ambientais e sociais potencialmente mais altos ou com implicações profundas sobre os recursos ambientais (categoria A) são as mais frequentes, com um aumento de 11 pontos em comparação a 2021. Por outro lado, os projetos com risco ambiental médio (B) passaram de 59% para 42%.



: Deseja explorar mais informações sobre os casos do MICI?



Consulte todos os dados históricos em nosso portal Open Data

AccountabilityData
www.iadb.org/mici/opendata

Gestão de reclamações com risco de represálias

Em 2022, o MICI intensificou seus esforços de prevenção de represálias, tanto em seus processos internos de gestão de reclamações como por meio de ações de conscientização e sensibilização sobre a importância desse tema. Essa abordagem teve início em 2019, com a publicação de um guia prático, dirigido aos mecanismos independentes de prestação de contas e com a implementação de diretrizes operacionais em 2020.

42%

Risco de represálias nas reclamações gerenciadas em 2022

Em 14 dos 33 casos gerenciados este ano (42%), os reclamantes indicaram temer represálias por terem acionado o MICI e solicitaram o sigilo de suas identidades. Nessas situações, os reclamantes não são obrigados a entrar em contato previamente com outras instâncias do Grupo BID e o Mecanismo protege a identidade dos solicitantes em todas as etapas do processo.

O compromisso do MICI com a tolerância zero de qualquer forma de represália contra indivíduos e organizações que apresentam reclamações se concretizou, entre outras ações, a partir de um comunicado público do Mecanismo diante de uma situação grave denunciada pelo Movimento Rios Vivos durante uma das investigações em andamento. Além disso, o MICI elaborou análises de risco de represálias para alguns casos ativos e desenvolveu, junto aos reclamantes, planos de redução de represálias para as reclamações mais sensíveis.

Fomentando o entendimento e a análise

Ao longo do ano, o MICI também organizou duas ações no Grupo BID para conscientizar e gerar a capacidade institucional para gestão de represálias. De um lado, em colaboração com a vice-presidência de países membros do BID e com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas, foi realizada uma mesa redonda fechada para dialogar sobre os riscos de represálias e a política de tolerância zero do Grupo BID. Por outro lado, mais de 80 funcionários das divisões ambientais, sociais e de risco do BID e do BID Invest participaram de um debate sobre o risco de represálias a fim de compartilhar perspectivas, experiências e boas práticas. Por meio dessas discussões, foram identificadas áreas de cooperação potencial, dinâmicas contextuais de análise de riscos e ferramentas à disposição da equipe do Grupo, que incorporaram a prevenção de riscos de represálias tanto no [Marco de Política Ambiental e Social](#) do BID como na [Política de Sustentabilidade Ambiental e Social](#) do BID Invest.



Para mais informações:



Guia para mecanismos independentes de prestação de contas sobre medidas para enfrentar os riscos de represálias no gerenciamento de reclamações: um conjunto de ferramentas práticas ([inglês](#) e [espanhol](#))

O gerenciamento em **2022,** caso por caso



Fase de Consulta

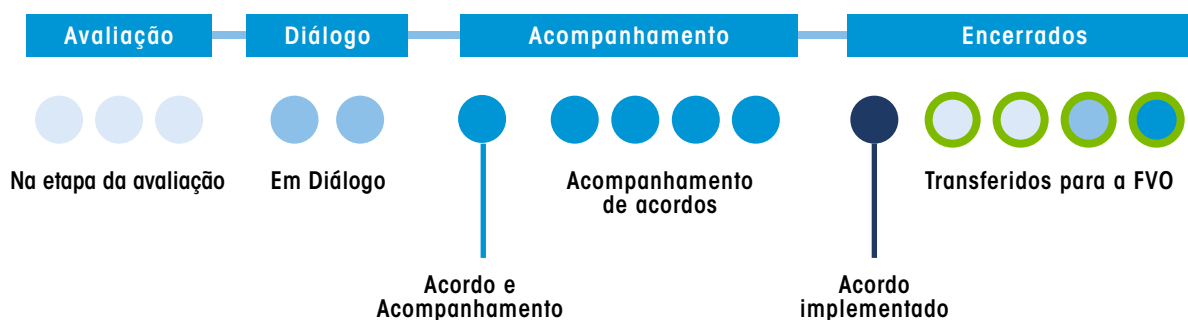
2022 ▶ **15** casos gerenciados

Em números

- 1 caso concluído com o cumprimento pleno dos acordos;
- 5 casos em acompanhamento dos acordos;
- 6 acordos realizados para uma mesma reclamação

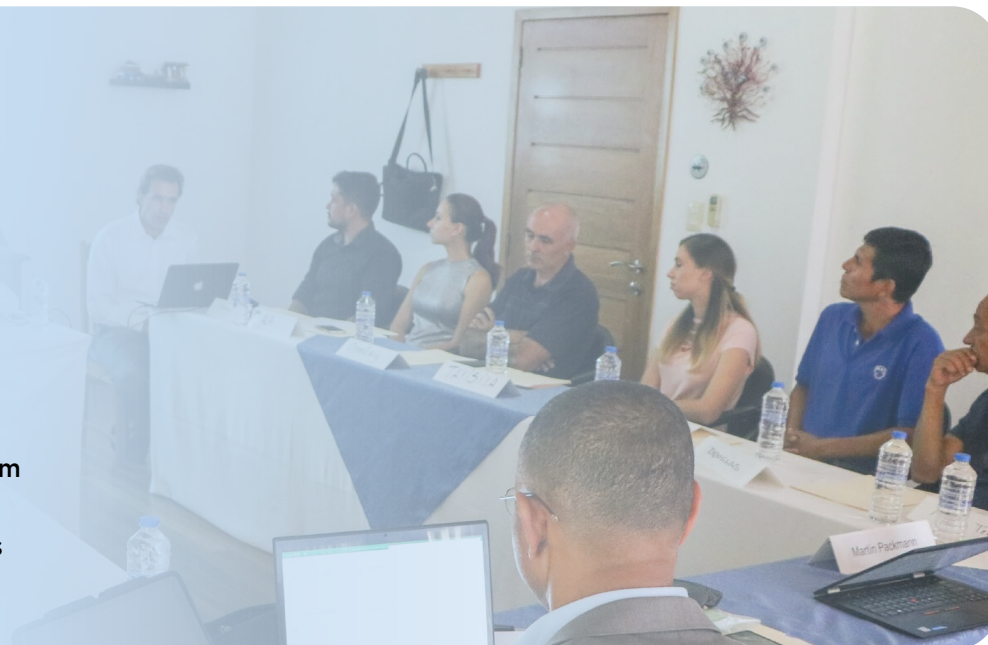


Situação dos casos em 31 de dezembro de 2022



A Fase de Consulta gerenciou 15 casos: seis novos e nove recebidos em anos anteriores. No decorrer do ano:

- Pela primeira vez, para tratar da situação singular de cada reclamante, o MICI firmou múltiplos acordos para uma mesma reclamação.
- Uma reclamação foi encerrada após a constatação da plena implementação do acordo.
- Quatro casos seguem na etapa de monitoramento de acordos.
- Quatro casos foram transferidos para a Fase de Verificação da Observância. Um deles foi transferido após vários anos do monitoramento de acordos, e outro após acordos parciais terem sido firmados e que já estavam sendo implementados.
- Dois casos seguem em processo de diálogo e para mais três as condições para iniciar o diálogo estão em avaliação.



O BID financia a construção do Parque Industrial de Caracol (PIC), próximo das comunidades de Caracol, Limonade, Trou du Nord e Terrier Rouge, e o desenvolvimento da região norte do Haiti, por meio de diversas operações não reembolsáveis, com o objetivo de fomentar o investimento privado e a criação de novos empregos.

O *Kolektif Peyzan Tè Chabe* (Kolektif), constituído por aproximadamente 420 famílias, apresentou a reclamação com a representação e o apoio do *Accountability Counsel*, da *Action Aid Haiti* e do AREDE. A reclamação alega que a construção sem aviso prévio do raio perimetral do Parque impossibilitou o acesso das famílias às parcelas que colhiam e que constituíam seu meio de subsistência. Alegam que o processo de consulta foi realizado tarde, com informações insuficientes e organizações que não representavam essas famílias. Também indicam que os valores de compensação que receberam não foram suficientes e que eles estão em condições precárias de subsistência. Asseguram que eles não conseguem garantir a segurança alimentar de suas famílias pela perda de salários e que os filhos deixaram de frequentar a escola por não terem condições de pagar as mensalidades escolares. As mulheres afirmam que estão particularmente expostas às consequências negativas provocadas no tecido familiar pelo deslocamento econômico.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação está em acompanhamento de acordos desde dezembro de 2018. O contexto geral do país, após a instabilidade gerada pela insegurança e pela crise do preço dos combustíveis, dificultou a implementação plena do acordo. Entretanto, o comprometimento

inabalável de todas as partes viabilizou um avanço significativo em três dos quatro pilares principais do acordo, que já está próximo de ser concluído. Estas três áreas referem-se à distribuição de equipamentos agrícolas especializados, aos programas de graduação e de acesso a microcrédito, e à formação profissional para as famílias reclamantes. No que diz respeito ao último pilar, que busca proporcionar o acesso a terras para a subsistência das famílias, alcançaram-se avanços mais modestos, mas muito significativos dada a sua complexidade. Em 2022, 19 famílias conseguiram ter o acesso a terras, de forma que o número de beneficiários do programa que conseguiram acesso a uma propriedade aumentou de 11% para 30%.

As cinco reuniões do comitê de acompanhamento que o MICI organizou durante o ano foram feitas de maneira virtual e utilizando soluções tecnológicas que assegurassem a participação dos reclamantes por telefone e a interpretação entre a língua crioula haitiana e o francês. O Mecanismo também manteve contato permanente com as partes por meio de reuniões bilaterais via videoconferências e ligações telefônicas para observar o avanço dos diferentes pontos acordados e para identificar desafios e ações a serem implementadas.

Os destaques

O acesso a terras tem um grande valor simbólico para os camponeses que trabalhavam nesta área e foi especialmente desafiador, tendo em vista a complexidade da titulação de terras no Haiti, particularmente no que diz respeito às terras privadas. A crise dos hidrocarbonetos dificultou aos reclamantes a localização de terrenos para aquisição e o fornecimento de documentação para o processo de registro.

O projeto

Operação de investimento não reembolsável:
HA-L1055

Setor: **Desenvolvimento urbano e moradia**

Categoria ambiental: **A (antes B)**

Financiamento do BID: **55.000.000 USD**



MICI-BID-EC-2018-0131

Encerrada após a
implementação do acordo

EQUADOR

Programa de Reconstrução de Infraestrutura Elétrica das Áreas Afetadas pelo Terremoto no Equador

O BID financia a reconstrução de infraestruturas de geração e distribuição de energia elétricas afetadas pelo terremoto ocorrido em 16 de abril de 2016 nas províncias de Esmeraldas, Manabí e Santo Domingo, no Equador, por meio de um empréstimo para obras múltiplas.

Por intermédio de um representante*, 547 moradores de oito comunidades da província de Manabí apresentaram uma reclamação. A reclamação refere-se à realocação de 9 km de linha de subtransmissão (LST) entre os povoados de San Vicente e Jama, e indica descumprimentos das políticas operacionais do Banco pela ausência de avaliação dos impactos ambientais e sociais, avaliação deficiente dos riscos em uma região altamente sísmica e falta de procedimentos para a participação da população. Os reclamantes alegam que a nova localização das linhas elétricas poderia reduzir a atividade turística na região, que é o meio de subsistência da população. Também alegam impactos negativos à saúde pela proximidade das linhas a rodovias de trânsito intenso e impactos ambientais da fiação nas aves da região.

*Os reclamantes solicitaram originalmente o sigilo por temor a represálias, porém, durante o processo, os temores foram mitigados e eles decidiram tornar públicas suas identidades.

Gestão do MICI em 2022

Ao longo do ano, a Fase de Consulta realizou nove reuniões para dar seguimento ao cumprimento dos compromissos assumidos no acordo firmado entre as partes em abril de 2019. As reuniões permitiram constatar que os pontos acordados haviam sido implementados corretamente e, após três anos de monitoramento, em julho de 2022, o caso foi encerrado.

Fruto deste acordo, a linha de subtransmissão manteve a sua rota original, de modo que foi possível aumentar a potência da LST sem gerar novos impactos. A fim de evitar impactos derivados da repotencialização, um dos pontos do acordo envolvia a retirada de um dos postes de eletricidade de uma parte da linha elétrica que passava sobre a casa de uma das famílias reclamantes.

Além disso, fruto deste processo, múltiplos estudos geológicos, geotécnicos e de projeto eletromecânico foram feitos e divulgados entre as comunidades.

Os destaques

Esta reclamação exemplifica a importância da gestão do tempo nos processos de resolução de disputas de projetos de desenvolvimento. O acionamento do MICI de forma antecipada, quando as obras centrais ainda não haviam começado, permitiu que o diálogo se concentrasse na prevenção de impactos potenciais e que houvesse uma gama mais ampla de medidas de mitigação. Atrasos significativos na implementação dos acordos, por fatores alheios às partes, também levaram o MICI a fazer um acompanhamento constante e estreito e a gerenciar o tempo em conjunto com as partes para transmitir calma e previsibilidade aos solicitantes.

O monitoramento deste caso foi totalmente virtual, devido à situação pandêmica. Por isso, o Mecanismo reforçou o relacionamento com os atores por meio de vídeos, chamadas, georreferenciamento e registro fotográfico para verificar o cumprimento dos compromissos e assegurar o consenso entre todas as partes.

O projeto

Operação de empréstimo: **EC-L1219**

Setor: **Energia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **60.000.000 USD**



O programa, financiado pelo BID mediante um empréstimo, tem como objetivo recuperar a qualidade ambiental da bacia do rio Reconquista com a implementação de um Plano de Gestão Integral da Bacia. O plano prioriza investimentos para melhorar a gestão de resíduos sólidos; aumentar a cobertura de água potável, sistema de esgoto e tratamento das águas residuais; melhorar a conectividade e o acesso a bairros periféricos; e fortalecer a gestão operacional do Comitê da Bacia do Rio Reconquista.

A reclamação foi apresentada pelos moradores de diversas localidades da bacia do rio nas províncias de Buenos Aires e Tigre, que alegam que o programa não considerou as problemáticas da bacia como unidade territorial nem a capacidade do corpo receptor do rio. Sendo assim, eles denunciam a alta contaminação e os impactos negativos relacionados com a qualidade de vida e a saúde dos moradores da parte baixa da bacia, que poderiam ser agravados se não for considerada a contaminação industrial e de esgoto. Os moradores também relatam os efeitos da construção do Canal Aliviador/Pista Nacional de Remo que vai alterar a dinâmica hídrica e converter o delta no destino final de águas altamente contaminadas. Por outro lado, mencionam que não tiveram acesso a informações relevantes nem ocorreram consultas ou espaços de participação para a população afetada.

Gestão do MICI em 2022

O caso está em acompanhamento de acordos desde novembro de 2019. Em 2022, o MICI constatou o cumprimento de três dos quatro elementos do acordo, que se referem à disponibilidade de informação sobre o

monitoramento trimestral da qualidade das águas, ao programa de gestão de efluentes e aos estudos de impactos cumulativos sobre o delta. Ao contrário desses três pontos, para os quais já haviam sido registrados avanços nos anos precedentes, o primeiro elemento do acordo continuava bloqueado, este que busca medidas de mitigação para a contaminação das ilhas do delta do Paraná (San Fernando e Tigre). Finalmente, o espírito colaborativo das partes tornou possível a incorporação de um novo interlocutor ao processo do MICI. Desta forma, um organismo técnico e imparcial ajudará a buscar alternativas para satisfazer esse ponto.

Ao longo do ano, o MICI mediu quatro reuniões do comitê de acompanhamento, duas virtuais e duas presenciais. As reuniões presenciais aconteceram como parte de duas missões de campo que o Mecanismo realizou na Argentina, uma em maio e outra em dezembro. Essas missões foram importantes para trocar informações com os atores e apoiar o avanço da implementação dos acordos.

Os destaques

A flexibilidade oferecida pelo processo da Fase de Consulta do MICI permitiu que novos atores fossem incorporados na etapa de monitoramento a fim de destravar a sua implementação, graças a uma decisão conjunta dos reclamantes, da agência executora e do BID.

O projeto

Operação de empréstimo: **AR-L1121**

Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **230.000.000 USD**



Cronologia da reclamação



MICI-BID-AR-2021-0164

Aberta — Acompanhamento dos acordos

ARGENTINA

Programa de Desenvolvimento de Áreas Metropolitanas do Interior II

O BID apoia o “Plano de reorganização e reabilitação da propriedade composta pelo Hospital Escola Eva Perón e pela Hogar Escuela Juan Domingo Perón” de Granadero Baigorria, na província de Santa Fé, Argentina, por meio de um empréstimo para o “Programa de Desenvolvimento de Áreas Metropolitanas do Interior II”. O projeto consiste no aprimoramento e na reabilitação de uma propriedade urbana de 53 hectares no centro da cidade, que tem valor histórico, urbanístico e ambiental. Entre outros aspectos, as obras incluem infraestruturas de água, esgoto, gás e eletricidade, iluminação pública, mobiliário urbano, criação de reservatórios de água pluvial e reflorestamento de áreas verdes.

Em fevereiro de 2021, 81 moradores da cidade, os quais solicitaram o sigilo de suas identidades, apresentaram uma reclamação junto ao MICI alegando impactos ambientais negativos à saúde e ao patrimônio histórico associados ao Complexo. Segundo os solicitantes, essas afetações não foram corretamente identificadas antes da intervenção na área nem foram realizados processos adequados de consulta, de informações e comunicação pública junto à população afetada.

Gestão do MICI em 2022

O caso está em acompanhamento de acordos desde agosto de 2021. Em 2022, houve avanços em dois dos cinco eixos do acordo, relacionados ao reflorestamento do local com 800 árvores e à renomeação do complexo. Os outros três eixos do acordo estão vinculados à finalização das obras, que estão progredindo conforme os compromissos assumidos, e que deverão ser concluídas em 2023.



Para dar seguimento ao cumprimento dos acordos, ao longo de todo o ano, o MICI manteve contato mensal com as partes por meio de chamadas telefônicas e trocas eletrônicas, além de realizar diferentes reuniões a pedido das partes. O Mecanismo visitou o local do projeto como parte de duas missões na Argentina, uma em maio e outra em dezembro. Essas visitas presenciais facilitaram o monitoramento dos acordos, o avanço das obras e a sua finalização.

Os destaques

O espírito construtivo e de cooperação entre as partes permitiu ir além do mero cumprimento de alguns acordos. Assim, por exemplo, os responsáveis pelo projeto tornaram possível que, como parte dos compromissos de reflorestamento de diferentes espécies de árvores, a organização Baigorria Verde e a Fundação John Deere doassem 11 árvores, que foram plantadas no local em setembro.

O projeto

Operação de empréstimo: **AR-L1243**

Setor: **Desenvolvimento urbano e moradia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **40.000.000 USD**



MICI-BID-AR-2021-0170

Aberta — Em processo de diálogo

ARGENTINA

Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos — Reclamação II

O projeto “Ecoparque Ambiental de Chascomús” tem como objetivo sanear e fechar o aterro de lixo de Chascomús, na província de Buenos Aires, Argentina, e colocar em funcionamento um Ecoparque voltado a aproveitar ao máximo a recuperação de materiais e o mínimo descarte final de resíduos. O BID financia um empréstimo de 150 milhões dos 187 milhões de dólares deste projeto.

Em julho de 2021, 30 moradores de Chascomús, que solicitaram o sigilo de suas identidades, apresentaram uma reclamação sobre possíveis danos ambientais à comunidade, à saúde, ao patrimônio e à economia, com um impacto diferenciado nos meios de sustento de algumas mulheres produtoras, agricultoras e agropecuaristas. As principais preocupações desses moradores são a capacidade de drenagem do terreno no qual está prevista a construção do Ecoparque, a possível contaminação do sistema de pântanos da região, afetações a poços de água e a possível perda de valor e capacidade produtiva das propriedades vizinhas, além do impacto potencial nas espécies nativas da fauna.

Gestão do MICI em 2022

O caso está em processo de diálogo desde novembro de 2021. Em 2022, o MICI realizou quatro reuniões de discussão entre as partes, o que permitiu que chegassem a um acordo parcial em junho. Esse acordo parcial contém os compromissos sobre a configuração final do projeto e áreas específicas a serem parte do Estudo de Impactos Ambientais e Sociais (EIAS) e do Plano de Gestão Ambiental e Social.



Uma vez finalizado o EIAS, e a partir dos resultados apresentados pelos estudos e pelas consultas sobre possíveis impactos, será avaliada a possibilidade de realização de uma segunda etapa de diálogo, que, mais à frente, permitirá chegar a um acordo definitivo.

Os destaques

A metodologia de diálogo em duas fases proposta pelo MICI facilitou às partes a obtenção de um acordo parcial antes da elaboração do EIAS, o que permitirá que este seja mais robusto e que possa incluir algumas das preocupações dos solicitantes.

O projeto

Operação de empréstimo: **AR-L1151**

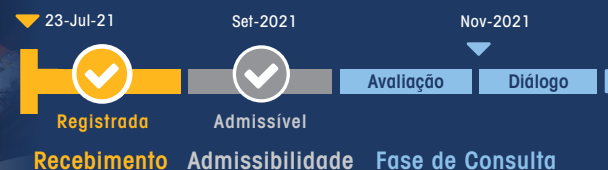
Sector: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **150.000.000 USD**



Cronologia da reclamação



Fotografia esquerda: Martín Gallino

O objetivo específico do Programa da Rede Rodoviária Regional II, financiado pelo BID, é a melhoria da rede rodoviária regional mediante intervenções de reabilitação e manutenção incorporando adaptações às mudanças climáticas, que resultarão na redução do tempo de viagem e dos custos operacionais, e na solidez das instituições responsáveis pela gestão da rede rodoviária.

Um grupo de 28 moradores da região de Buenos Aires, província de Puntarenas, Costa Rica, apresentou esta reclamação vinculada à execução de dois projetos no âmbito do programa. Especificamente, a reclamação descreve o impacto do programa nas condições de vida dos moradores em decorrência do impacto nas rodovias de acesso aos territórios indígenas de Salitre e Ujarrás, e em outros caminhos da rede rodoviária da região; afetações socioambientais por causa da instalação de um triturador de materiais; e pela falta de informações públicas e mecanismos de atenção à comunidade.

Gestão do MICI em 2022

Durante o primeiro ano do monitoramento do acordo, o Mecanismo observou progressos consideráveis em sua implementação efetiva. Em especial, 67% dos compromissos assumidos pelas partes têm sido cumpridos e o comitê de monitoramento foi formado e colocado em funcionamento.

Ao longo do ano, o MICI esteve em constante comunicação com as partes e realizou três sessões do comitê de monitoramento, que permitiram observar o cumprimento de múltiplas cláusulas do acordo e dar seguimento às ações pendentes. Em 7 de dezembro de 2022, foi realizada uma visita à

área de cobertura do programa, com a presença dos solicitantes, a equipe do projeto do BID, o organismo executor, a municipalidade de Buenos Aires e o MICI.

No que diz respeito aos elementos do acordo que ainda não foram cumpridos, a licitação de algumas obras atrasou devido ao interesse em realizar um processo de licitação abrangente e transparente. Esses atrasos impediram que algumas das preocupações levantadas pelos solicitantes fossem atendidas. Espera-se que as obras encerrem em 2023.

Os destaques

Durante o primeiro ano de monitoramento dos acordos houve uma troca de governo nacional na Costa Rica e nos representantes de duas das três partes do processo MICI. Apesar dessas mudanças, as partes se manifestaram a todo momento a favor do prosseguimento do processo de diálogo e do seu posterior monitoramento.

O projeto

Operação de empréstimo: **CR-L1065**

Setor: **Transporte**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **144.036.000 USD**



Com esta operação, o BID oferece assistência técnica e apoia o financiamento do início das obras da primeira linha de metrô de Bogotá por meio de dois componentes: atividades preparatórias, obra civil e supervisão; e a gestão ambiental e social do projeto.

Em 15 de fevereiro de 2022, o MICI recebeu uma reclamação de um grupo de 17 cidadãos com aluguéis, imóveis ou negócios na rua 24 e na avenida Caracas, na zona central de Bogotá, no bairro Santa Fe.

Ainda que cada solicitante tenha apresentado uma situação específica, de maneira geral, todos descreveram potenciais danos econômicos, à propriedade e às condições de vida e de saúde potencialmente decorrentes dos processos de realojamento e desapropriação para construir o projeto.

Gestão do MICI em 2022

Em abril, durante a etapa de admissibilidade, uma delegação do Mecanismo realizou reuniões presenciais com os solicitantes, a equipe da Empresa Metro Bogotá (EMB) e os funcionários da equipe de projeto. Ela também percorreu as áreas de cobertura do projeto e se reuniu com terceiros para juntar as informações necessárias para avaliar se a reclamação era admissível.

Em maio, a reclamação foi declarada admissível e foi transferida para a Fase de Consulta, a pedido dos solicitantes. Considerando a extensa discussão que as partes tiveram antes e durante o processo de admissibilidade, assim como a vontade expressa por todos os atores de encontrar uma solução por meio do diálogo, o MICI propôs a implementação de uma metodologia intensiva e com prazos limitados, e a realização conjunta das etapas de avaliação e do processo de diálogo.



Em 6 de junho, a Fase de Consulta esteve em Bogotá e realizou oito sessões de trabalho plenárias entre as partes e várias reuniões bilaterais e de troca de informação durante três dias. Durante as sessões plenárias, os casos particulares de cada solicitante foram abordados. Dada a natureza particular e específica de cada solicitante, foi necessário negociar e chegar a múltiplos acordos separados. Os primeiros cinco acordos foram assinados em junho, enquanto o sexto e último foi assinado em agosto. O MICI iniciou o monitoramento da implementação de diferentes compromissos e, no fim do ano, o cumprimento integral de quatro dos seis acordos foi constatado.

Os destaques

Este é a primeira reclamação gerenciada pelo MICI em que as singularidades do caso e as diferentes circunstâncias dos solicitantes tornaram necessário chegar a mais de um acordo para resolver as questões levantadas.

O projeto

Operação de empréstimo: **CO-L1234**

Sector: **Transporte**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **70.000.000 USD**



Cronologia da reclamação



MICI-BID-AR-2022-0188

Aberta — Em processo de diálogo

ARGENTINA

Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Reconquista — Reclamação V

O programa, financiado pelo BID mediante um empréstimo, tem como objetivo recuperar a qualidade ambiental da bacia do rio Reconquista. Entre os projetos financiados pelo programa, encontra-se o projeto “Redes finas de esgotos em Moreno Catonas IV Norte e Sul”, que será construído na bacia média, distrito de Moreno, ao qual se refere a reclamação. O projeto prevê a construção de uma rede de esgoto e de coleta até um ponto de despejo em um esgoto já existente e com destino final em uma estação de tratamento de efluentes.

Em 8 de julho de 2022, um grupo de 60 moradores e moradoras da Villa Anita, no distrito de Moreno na província de Buenos Aires, apresentaram uma reclamação ao MICI acompanhados pelo procurador federal do distrito de Moreno. Eles alegam potenciais danos à sua qualidade de vida, deterioração do espaço público e falta de acesso aos serviços públicos devido à interrupção na construção do Lote 2 do projeto.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação foi considerada admissível em 12 de setembro e transferida à Fase de Consulta, conforme o pedido dos reclamantes. A Fase avaliou de maneira virtual e concluiu que existiam condições para iniciar o processo de diálogo. Em 7 de dezembro, o MICI realizou a primeira sessão de diálogo na qual foram tratadas as pautas aprovadas pelas partes: o acesso à informação sobre o estado da obra e as várias alegações de impactos relacionados com a suspensão da obra. As partes concordaram em retomar as reuniões em 2023 para fazer avançar os temas da agenda.



O projeto

Operação de empréstimo: **AR-L1121**

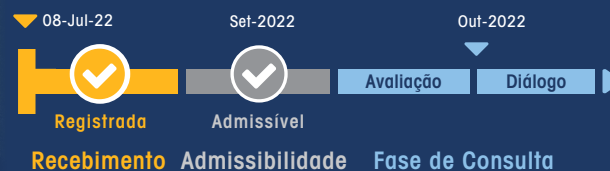
Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **230.000.000 USD**



Cronologia da reclamação



Como parte do apoio ao setor de turismo no Brasil, o BID financiou o programa PRODETUR Nacional Rio de Janeiro. A operação, aprovada em 2010, tinha como mutuário o estado do Rio de Janeiro, com garantia da República Federativa do Brasil. O Programa buscava contribuir para o aumento do emprego, assim como para o crescimento da renda e das divisas geradas pelo setor do turismo no estado. Entre as obras a serem financiadas, estava o “Projeto de Saneamento, Drenagem e Urbanização da Vila do Abraão, Ilha Grande, Angra dos Reis”, sendo este o motivo da reclamação frente ao MICI. Conforme informado pelo BID, a operação já não está mais ativa e o organismo executor foi dissolvido após seu encerramento.

A reclamação foi apresentada por quatro integrantes de uma família da comunidade Vila do Abraão, alegando impactos sociais e ambientais fruto da construção e posterior suspensão das obras. As alegações incluem impactos ambientais e à saúde pública, assim como a perda dos meios de subsistência.

Ainda que a reclamação tenha sido originalmente dirigida ao Mecanismo no dia primeiro de julho, o e-mail só incluía o endereço do novo Protocolo de Reclamações Ambientais e Sociais do BID. A equipe encarregada pelo Protocolo informou posteriormente ao MICI que, por uma omissão involuntária, a reclamação foi enviada ao MICI após 12 dias corridos.

Gestão do MICI em 2022

O MICI declarou admissível esta reclamação no dia 30 de setembro e a transferiu para a Fase de Consulta, que a está avaliando de forma virtual por meio de conversas com o grupo de solicitantes e com a Administração do BID. O MICI não interagiu com o organismo executor, visto que este se dissolveu após o encerramento da operação, conforme informado pela Administração. Frente à complexidade gerada pela dissolução da agência executora, somada à reorganização interna do Grupo BID, o MICI pediu uma prorrogação do prazo de avaliação, que venceria no dia 2 de abril de 2023.

O projeto

Operação de empréstimo: **BR-L1210**

Setor: **Turismo sustentável**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **112.000.000 USD**



Cronologia da reclamação



Com esta operação, o BID oferece assistência técnica e apoia o financiamento do início das obras da primeira linha de metrô de Bogotá por meio de dois componentes: atividades preparatórias, obra civil e supervisão; e a gestão ambiental e social do projeto.

Em 12 de agosto de 2022, o MICI recebeu uma reclamação de três pessoas proprietárias de um comércio de uma estação de serviços de automóveis que operava na área de San Bernardo, no centro de Bogotá.

Os solicitantes alegam potenciais danos às suas condições de vida e ao seu patrimônio fruto da desapropriação de sua estação de serviço para a construção do metrô. Eles também denunciam a falta de informação disponível e as contradições nas comunicações com a agência executora que permeou todo o processo, o que provocou um cenário de incerteza sobre seu futuro.

Gestão do MICI em 2022

No dia 7 de outubro de 2022, a reclamação foi declarada admissível e foi transferida para a Fase de Consulta a pedido dos reclamantes. Considerando a extensa discussão que as partes tiveram antes e durante o processo de admissibilidade, assim como a vontade expressa por todos os atores de encontrar uma solução por meio do diálogo mediado, o MICI propôs nesta ocasião a implementação de uma metodologia intensiva e com prazos limitados, e a realização conjunta das etapas de Avaliação e o Processo de Fase de Consulta.

Já como parte do processo de diálogo, múltiplas reuniões bilaterais foram realizadas com as partes. Com base nessas discussões, as partes concordaram em contratar uma entidade imparcial que possa emitir um

conceito técnico sobre a avaliação das propriedades, ponto central da reclamação. Esse conceito técnico será uma contribuição fundamental para as sessões plenárias de diálogo e para a busca de um acordo entre as partes.

Os destaques

Esta é a segunda reclamação relacionada com a Primeira Linha de Metrô de Bogotá que o MICI declarou admissível em 2022.

O projeto

Operação de empréstimo: **CO-L1234**

Sector: **Transporte**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **70.000.000 USD**



Cronologia da reclamação



A operação, financiada pelo BID Invest, consiste no planejamento, na construção, na operação e na manutenção de uma linha elétrica de alta tensão (500kV) de 350 km, na construção de uma subestação elétrica e na prestação de serviços auxiliares que interligarão as subestações nos departamentos de Tacuarembó e Salto, no Uruguai. O objetivo é assegurar a confiabilidade do sistema elétrico do país e apoiar a integração da energia renovável.

A reclamação foi apresentada ao MICI por dois residentes e proprietários de um imóvel no departamento de Paysandú, representados por dois advogados e um especialista em meio ambiente. Na reclamação, alegam danos a seus bens devido à construção e à instalação de 20 torres metálicas de 48 metros de altura para a linha elétrica. Os reclamantes consideram que a análise e a identificação dos impactos foram inadequadas, especificamente no que diz respeito à proteção de monumentos históricos, e que não houve uma análise completa de alternativas nem de protocolos adequados para proteger lugares de importância cultural. Eles também alegam que não houve um processo de consulta e denunciam a falta de informação disponível.

Essa reclamação vincula-se diretamente com a reclamação [MICI-CII-UR-2022-0186](#)

Gestão do MICI em 2022

No dia 13 de dezembro, o MICI declarou a reclamação admissível e a transferiu para a Fase de Consulta. Para agilizar o processo, os diálogos bilaterais com as partes tiveram início imediatamente para determinar se existiam as condições para um processo de resolução de disputas.

Os destaques

O Mecanismo empreendeu um processo acelerado de determinação de admissibilidade em consideração ao progresso das obras na propriedade dos reclamantes e à gestão realizada previamente, durante um período de oito meses, pelo mecanismo de reclamações do BID Invest (MGM, na sua sigla em inglês).

O projeto

Operação de empréstimo: **12220-01**

Sector: **Energia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID Invest:

164.068.000 USD



Fase de Verificação da Observância

2022 ▶ 7 casos gerenciados

Em números

- 1 missão de investigação, seguindo as restrições impostas pela pandemia
- 3 recomendações finalizadas em um prazo de 21 dias úteis
- 1 monitoramento do plano de ação em curso e outro encerrado
- 1 caso encerrado na etapa de acompanhamento



Situação dos casos em 31 de dezembro de 2022



A Fase de Verificação da Observância gerenciou sete casos: três correspondentes a anos anteriores e mais quatro novos casos transferidos da Fase de Consulta. No decorrer do ano:

- Concluiu o acompanhamento de um plano de ação da Administração, enquanto continua com o acompanhamento de outro plano para tratar das recomendações de uma investigação.
- Uma investigação foi praticamente concluída, depois que a situação pós-pandemia permitiu realizar a missão de investigação.
- A Diretoria Executiva autorizou uma nova investigação, que iniciará seus trabalhos em janeiro de 2023.
- A Fase completou três recomendações para uma Verificação da Observância. Em um caso (citado em um ponto anterior), a recomendação foi favorável à realização da verificação da observância e, em outro caso, a Fase recomendou a não investigação. Uma recomendação está à espera de receber os comentários das partes. Além disso, a Fase iniciou a elaboração de recomendações para um quarto caso.

A reclamação refere-se à terceira fase do Projeto Especial de Registro e Titulação de Terras (PTRT3), que visa melhorar a segurança da posse da terra rural no Peru e beneficiar produtores agrícolas, comunidades camponesas e comunidades nativas.

A reclamação foi apresentada pela Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSEP), representando 64 povos indígenas e 1.809 comunidades da Amazônia peruana. A reclamação alega que a execução do projeto gerará danos irreparáveis aos povos indígenas e violará seus direitos à propriedade e ao uso dos territórios indígenas ao conceder em primeira instância a titularidade aos colonos. Também alegam danos ambientais e socioeconômicos, tais como o desmatamento de terras ancestrais, a degradação dos ecossistemas e a perda dos meios de subsistência das populações indígenas, devido a possíveis descumprimentos das políticas operacionais do Meio Ambiente, de Salvaguardas (OP-703) e de Povos Indígenas (OP-765).

Gestão do MICI em 2022

Desde agosto de 2017, a reclamação estava sob o monitoramento de acordos alcançados entre as partes. Apesar de alguns avanços, até janeiro de 2022 só se tinha alcançado 2,48% da meta de titulação do PTRT3 vinculada às comunidades nativas. O sistemático descumprimento deste elemento central do acordo durante os quatro anos de acompanhamento foi um elemento central para que, em abril, a Fase de Consulta fosse encerrada e o caso fosse transferido para a Fase de Verificação da Observância. Anteriormente, o governo do Peru havia indicado que não estenderia o crédito associado ao PTRT3,

o que impossibilitaria o cumprimento dos compromissos do acordo, estreitamente vinculados à implementação do projeto.

Após a transferência do caso, a equipe fez uma recomendação para uma Verificação da Observância, que a Diretoria Executiva do BID aprovou em 5 de agosto. Desde então, dois especialistas foram designados para formar o Painel de Investigação e para começar com a Verificação da Observância no primeiro trimestre de 2023. A investigação abordará três temas centrais (o processo de consulta, a identificação de impactos sociais e ambientais e suas medidas de gestão, e a categorização do projeto) e está prevista para durar nove meses.

Os destaques

Em 10 de fevereiro de 2022, foi apresentado, em um evento virtual, o Estudo de Trânsito Terrestre, um componente muito relevante do acordo. Originalmente, o estudo seria publicado em julho de 2018, no entanto, sofreu vários contratempos.

Com base nos aprendizados de casos anteriores, a Fase de Verificação da Observância está incorporando melhorias metodológicas para cumprir os prazos estabelecidos na Política do MICI e, assim, reduzir o tempo de duração total dos processos. Neste caso, a recomendação para a investigação foi realizada, pela primeira vez desde 2017, dentro do prazo de 21 dias úteis previstos na Política.

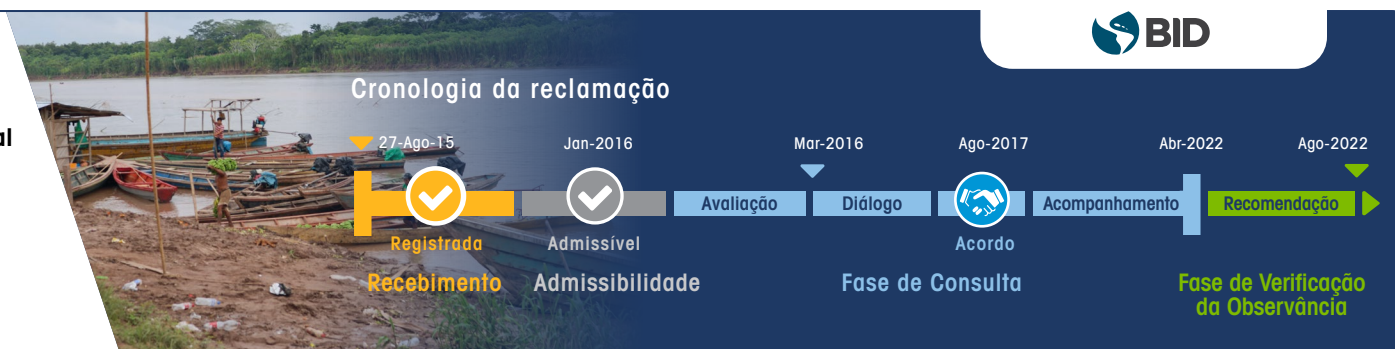
O projeto

Operação de empréstimo: **PE-L1026**

Setor: **Agricultura e desenvolvimento rural**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **40.000.000 USD**



O BID financia a construção, a operação e a manutenção das usinas hidroelétricas de 531 MW de transmissão na região de San José de Maipo. As centrais preveem captar a água das bacias de afluentes do rio Maipo, dos rios Yeso, Volcán e Colorado, para depois retorná-las ao rio Maipo mediante a construção de 70 km de túneis na Cordilheira dos Andes. Quando a reclamação foi recebida, o projeto contava com o financiamento da OPIC, IFC e de outras instituições financeiras internacionais.

Os reclamantes vivem e trabalham principalmente na comunidade de San José de Maipo e são representados pela Coordenadoria Cidadã “No Alto Maipo” e pela organização Ecosistemas, com o acompanhamento do Centro Internacional de Direito Ambiental (CIEL). Os solicitantes alegam estar sofrendo os impactos negativos em sua forma de vida e situação econômica, e que a insegurança da região tem aumentado. Os reclamantes ressaltam que os impactos do projeto no meio ambiente e nas comunidades vizinhas não foram avaliados na íntegra nem foram consideradas medidas de mitigação adequadas. Eles também indicam redução na presença de turistas na região como consequência do aumento do tráfego rodoviário.

Por outro lado, os reclamantes alegam sobre possíveis danos ambientais associados com a futura operação do projeto, principalmente pelos impactos adversos à disponibilidade de água e fluxo dos rios afetados. Os reclamantes alegam que esses danos seriam resultado do descumprimento de diversas políticas operacionais e solicitam que o MICI leve adiante uma verificação da observância.

Gestão do MICI em 2022

Desde 2020, o MICI estava dando seguimento ao plano de ação elaborado pelo BID Invest, cujo objetivo é satisfazer as recomendações e descobertas da Verificação da Observância. Em fevereiro de 2022, o Grupo BID retirou-se do projeto depois de realizar uma análise financeira deste investimento. Como os solicitantes não viram valor agregado na implementação do plano de ação e na saída do Grupo, o MICI considerou que não existiam as condições necessárias para manter este caso aberto.

A Fase elaborou uma versão preliminar do Relatório de Acompanhamento do Plano de Ação e do Relatório de Encerramento, e organizou reuniões com ambas as partes para assegurar que suas perspectivas fossem contempladas. Além disso, também organizou uma reunião plenária com as partes para que conversassem sobre o encerramento e para criar um espaço para responder às perguntas dos reclamantes.

Durante o último trimestre do ano, o MICI encerrou o caso e, em seu relatório final, mostrou que 12 das 21 medidas do plano de ação haviam sido implementadas, enquanto sete estavam em andamento e duas não haviam relatado nenhum progresso.

Os destaques

Este caso contribuiu para a atualização de importantes salvaguardas ambientais e sociais do Grupo BID sobre questões de gênero e, portanto, teve um impacto no fortalecimento institucional e na sustentabilidade de projetos futuros.

O projeto

Operação de empréstimo: **CH-L1067**

Setor: **Energia**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **200.000.000 USD**



A Usina Hidroelétrica Ituango, atualmente em construção, é um projeto de geração de energia elétrica de 2.400 MW para aproveitar a vazão do rio Cauca em seu trecho médio, no departamento de Antioquia, aproximadamente a 170 km de Medellín. O BID Invest financia o projeto com uma operação de empréstimo corporativo desde 2016. Em abril de 2018, aconteceu uma emergência no projeto gerada por deslizamentos de terra e bloqueios de túneis que continua sendo atendida pela empreiteira.

477 moradores de nove municípios (Briceño, Ituango, Toledo, Peque, Sabanalarga, Valdivia, Caucaasia, San Andrés de Cuerquia e Sopetrán) do departamento de Antioquia, Colômbia, recorreram ao MICI representados pela organização Movimento Rios Vivos Antioquia e acompanhados por dois organizações da sociedade civil: o Centro de Direito Internacional Ambiental (CIEL) e a Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA).

Na reclamação, as partes alegam problemas atuais e potenciais em decorrência da construção e operação do projeto relacionados com a identificação da área de influência e a população afetada; a determinação e a gestão dos impactos sociais e ambientais; o aumento de conflitos, insegurança e violência na região, e os impactos diferenciados por motivos de gênero. Também denunciam a falta de consultas públicas e formas de participação adequadas, e a falta de planos apropriados de reassentamento ou compensação pelo deslocamento físico e econômico. Além disso, as partes mencionam que a emergência iniciada em abril de 2018 se agravou e gerou novas afetações, nas comunidades tanto água acima como água abaixo da represa, e que a gestão de consequências e das informações a respeito da situação por parte da empreiteira do projeto, a EPM, foram inadequados.

Gestão do MICI em 2022

O caso está em processo de investigação desde 2020. A pandemia obrigou a adiar os trabalhos em campo, programados inicialmente para abril de 2020.

Desde então, a Fase já avançou com a análise dos documentos, entrevistas virtuais, verificação das informações e reuniões e comunicações com as partes.

Em junho, a equipe de investigação conduziu a missão de campo e realizou múltiplas entrevistas com mais de 30 pessoas, além de reuniões em Medellín com os solicitantes, com funcionários do projeto, com pessoas supostamente afetadas pelo projeto que não faziam parte do grupo de solicitantes e com funcionários de organismos internacionais, como o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Também visitou algumas das comunidades ao redor do projeto, como Toledo, Ituango e Caucaasia, além de percorrer o rio Cauca e participar de assembleias de membros do Movimento Rios Vivos. A versão preliminar do relatório da investigação está em sua fase final e será compartilhada com as partes para comentários no início de 2023.

Os destaques

Desde que o MICI recebeu este caso, os reclamantes denunciaram situações de insegurança, violência e represálias. Após a missão, o grupo de solicitantes relatou que algumas pessoas que participaram das reuniões receberam ameaças e, por isso, solicitaram ajustes no Plano de Redução de Riscos de Represálias que o Mecanismo havia elaborado com eles. No âmbito deste plano, o MICI colaborou de maneira muito próxima com as comunidades e emitiu um [comunicado de imprensa](#) em novembro. Em dezembro, o projeto tornou-se operacional e os reclamantes informaram que as ameaças se intensificaram devido à oposição do Movimento Rios Vivos ao início das operações. O MICI, com base em seu mandato e no princípio de tolerância zero às represálias, continua trabalhando com as pessoas reclamantes por meio da adoção de ações que possam contribuir para reduzir o risco de represálias.

O projeto

Operação de empréstimo: 11794-04

Sector: **Energia**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID Invest:

400.000.000 USD



O projeto consiste na construção e operação de duas hidroelétricas a fio d'água, a Geradora San Mateo S.A. (GSM) e a Geradora San Andrés S.A. (GSA), financiadas mediante duas operações de empréstimo do BID Invest. A GSM prevê a utilização dos rios Negro e Pojom, enquanto a GSA utilizaria os rios Primavera, Varsovia e Palmira. Ambos os projetos estão localizados no município de San Mateo de Ixtatán, no departamento de Huehuetenango, Guatemala.

A reclamação foi apresentada pelos moradores de cinco comunidades (Ixquis, Bella Linda, Yulchen Frontera, Nuevo San Mateo e Pojom) da microrregião de Ixquis, que solicitaram o sigilo de suas identidades por temor a represálias e são representados pelo Governo Plurinacional Q'anjob'al, Popti, Chuj, Akateko e Mestizo. Além disso, os reclamantes contam com o apoio da Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA) e da Plataforma Internacional contra a Impunidade.

A reclamação alega descumprimentos das obrigações de devida diligência e supervisão do BID Invest, como também a falta de uma avaliação completa dos impactos ambientais e sociais, a falta de procedimentos adequados de consulta e acesso à informação, levando em consideração os danos causados aos interesses e ao território das comunidades indígenas. Os reclamantes também descrevem danos ambientais nos corpos de água que afetariam as atividades domésticas e agrícolas das comunidades, além de danos causados à cultura e ao modo de vida tradicional dos povos indígenas da região com impactos diferenciados por motivos de gênero.

A reclamação também detalha uma grave situação de insegurança, a ruptura de laços familiares e comunitários, e uma situação de

violência e represálias contra os opositores dos projetos devido a um clima de confrontos que eles alegam ter surgido com a introdução das hidroelétricas.

Gestão do MICI em 2022

Em 2021, o BID Invest elaborou um plano de ação para satisfazer as recomendações e descobertas do Relatório de Verificação da Observância. Durante o processo de consulta com as partes sobre o plano de acompanhamento que o MICI realizaria, as comunidades reclamantes mostraram que o plano de ação e o plano de acompanhamento não satisfaziam as suas necessidades. Dessa forma, o MICI iniciou conversas com ambas as partes para revisar detalhadamente as preocupações dos solicitantes. Posteriormente, o MICI participou, no papel de observador, espaços de discussão de critérios entre as partes, regidos pelo princípio de responsabilidade e de não causar dano. Como resultado destes espaços, a Administração relatou alguns acordos sobre a implementação do plano de ação que causam impacto no acompanhamento a ser realizado pelo MICI.

Os destaques

Para assegurar o acesso culturalmente adequado das comunidades reclamantes, o Relatório de Verificação da Observância e um resumo da investigação foram publicados nas línguas maias Chuj e Q'anjob'al. Foi a primeira vez que o MICI traduziu este tipo de relatório para línguas originárias.

A Fase elaborou, junto com as pessoas solicitantes, um Plano Conjunto de Redução de Represálias (PCRR), que foi atualizado no decorrer do ano e que também foi traduzido para Chuj e Q'anjob'al para facilitar a sua disseminação entre as comunidades.

O projeto

Operação de empréstimo:
GU3794A-01, GU3798A-01

Setor: **Energia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID Invest:
7.000.000 e 6.000.000 USD



O BID Invest financia o projeto de concessão da Bucaramanga-Barrancabermeja-Yondó, que faz parte da segunda etapa da Quarta Geração de Concessões (Programa 4G) promovidas pela Agência Nacional de Infraestrutura da Colômbia de acordo com um esquema de associação entre o setor público e privado. O projeto consiste em uma interconexão rodoviária entre Bucaramanga com a zona oeste do departamento de Santander, o município de Yondó (no departamento de Antioquia) e a concessão da Ruta del Sol II.

Diversas comunidades da área de influência do projeto, por meio da *Veeduría Ciudadana de la Ruta del Cacao VCRC-4G*, apresentaram a reclamação que suscita alegações de supostos danos ambientais devido à contaminação de corpos d'água, solo e ar, e da flora e fauna do local, que estariam relacionados à construção e posterior operação da estrada. As alegações incluem, entre outros, afetações a residências e propriedades, prejuízo econômico para os comerciantes que trabalham na beira da rodovia e falta de indenização adequada para os proprietários atingidos pelo projeto.

Gestão do MICI em 2022

O processo de diálogo para esta reclamação começou em agosto de 2020, de maneira totalmente remota devido à situação pandêmica. Em 2022, a Fase de Consulta foi capaz de, finalmente, realizar duas missões de campo, em abril e em setembro. Durante a primeira visita, a equipe do MICI inspecionou o projeto e tomou conhecimento em primeira mão das situações alegadas pelos solicitantes. Durante a segunda missão, foi realizada a 15ª plenária do espaço de diálogo, que buscou chegar a um acordo final entre as partes. Além disso, durante o ano, foram realizadas outras duas reuniões plenárias, pelo menos duas visitas conjuntas do cliente e dos solicitantes às habitações e propriedades potencialmente afetadas, 15 reuniões bilaterais com as partes e dezenas de chamadas telefônicas com os atores-chave do processo.



Apesar dos notáveis esforços das partes durante dois anos de diálogo, que tornaram possível entrar em um consenso e começar a implementar dois acordos parciais, o processo não foi capaz de chegar a um acordo final e a reclamação foi transferida para a Fase de Verificação da Observância em dezembro. A equipe começou a elaborar um esboço da recomendação para uma Verificação da Observância, que será compartilhada com as partes em 2023. A Fase também começou a coordenar reuniões com a Administração e com as pessoas solicitantes.

Os destaques

Entre os acordos parciais alcançados, foi possível constatar o cumprimento de 78% dos compromissos assumidos sobre segurança rodoviária e pontes para pedestres, e 46% dos compromissos acerca das habitações e terrenos.

Este foi o primeiro caso do MICI cuja gestão foi realizada de maneira totalmente online, desde a etapa de avaliação até abril de 2022, quando foram aliviadas as restrições de viagem do Grupo BID durante a pandemia. Em seguida, a gestão do caso prosseguiu de maneira híbrida, com missões do MICI e com a realização de reuniões virtuais.

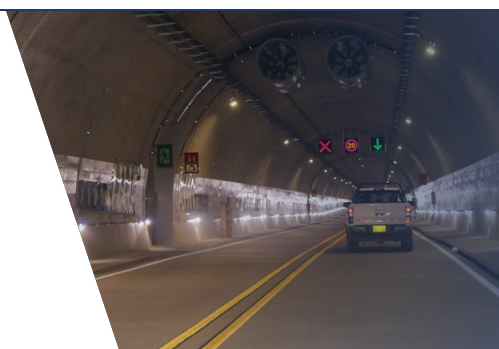
O projeto

Operação de empréstimo: 12252-01

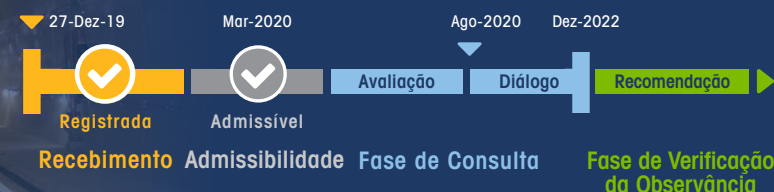
Sector: Transporte

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID Invest:
375.000.000.000 COP



Cronologia da reclamação



MICI-BID-AR-2021-0178

Encerrada com a recomendação de não investigar

ARGENTINA

Programa de Água Potável e Saneamento (PAyS) para Centros Urbanos

A reclamação foi apresentada por 114 moradores de San Andrés, na província de Tucumán, Argentina, que solicitaram sigilo por temor a represálias. Na reclamação, os reclamantes descrevem futuros e possíveis danos ambientais e à saúde da comunidade, quanto à qualidade de vida, patrimônio e atividades de subsistência dos reclamantes, por causa da construção e operação da Usina de Tratamento San Andrés, que faz parte do programa de água potável e saneamento (PAyS). Os reclamantes também mencionam danos potenciais às atividades agrícolas na área devido às descargas de resíduos de esgoto próximos ao rio Sali.

Por último, os reclamantes alegam falta de consultas públicas significativas, de disponibilidade de informações sobre as obras e de documentação atualizada e completa sobre os impactos ambientais na região.

Gestão do MICI em 2022

Em janeiro de 2022, o MICI declarou que a reclamação era admissível. Durante a etapa de Avaliação, para analisar a viabilidade de um processo de resolução de disputas, o MICI realizou 12 reuniões bilaterais com as partes. Entre elas, o Mecanismo realizou uma reunião com mais de 30 pessoas solicitantes durante uma missão de campo em maio. Além disso, o Mecanismo convocou e realizou duas reuniões plenárias — uma virtual e outra presencial — com a participação do BID, da agência executora (ENOHSA) e dos reclamantes. Após as discussões realizadas, os solicitantes decidiram não aceitar nenhum tipo de diálogo e solicitaram o acionamento da Fase de Verificação da Observância.



O MICI elaborou uma recomendação para uma Verificação da Observância em 21 dias úteis. Neste caso, foi recomendada a não investigação porque o Mecanismo não encontrou indícios de descumprimento das políticas operacionais pertinentes por parte do BID. Em seguida, no dia 12 de outubro, a Diretoria Executiva do BID aprovou tal recomendação e, portanto, o caso foi encerrado.

O projeto

Operação de empréstimo: **AR-L1162**

Sector: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **200.000.000 USD**



MICI-BID-AR-2022-0182

Aberta — Preparação da recomendação

ARGENTINA

Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos — Reclamação IV

O projeto corresponde ao Centro Ambiental Luján, na província de Buenos Aires, Argentina, que faz parte de uma operação com múltiplas obras financiada pelo BID. O seu objetivo específico é o de melhorar a qualidade e o funcionamento dos serviços de gestão de resíduos do território por meio da construção de uma estação de triagem de resíduos, um módulo de descarte final com instalações de coleta e tratamento de resíduos líquidos e coleta de biogás. O projeto também prevê a limpeza e o fechamento de um depósito de lixo a céu aberto, que inclui uma propriedade municipal e uma série de terrenos privados.

A reclamação foi apresentada por 60 cidadãos do município devido a potenciais danos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural da região, à saúde, à propriedade e à qualidade de vida dos cidadãos. Esses danos estariam vinculados à limpeza do depósito de lixo, atualmente em andamento, e à futura construção e operação de um novo aterro sanitário e de um parque ecológico.

Gestão do MICI em 2022

Em abril, a reclamação foi considerada admissível e foi transferida para a Fase de Consulta, que iniciou a sua análise para avaliar a viabilidade de um processo de resolução de disputas. Durante essa etapa, o MICI realizou duas missões de campo à Argentina, nas quais foram realizadas reuniões bilaterais e visitas ao projeto; também foi realizada uma reunião plenária presencial. A avaliação concluiu que existiam condições para iniciar um diálogo e, entre abril e setembro, a Fase realizou 36 eventos de discussão entre as partes, incluindo chamadas bilaterais, trilaterais, plenárias e chamadas informais.



A principal alternativa para resolver os problemas dos reclamantes consistia em adquirir terras adjacentes ao depósito de lixo a céu aberto para o descarte final dos resíduos, evitando a instalação de compartimentos no Predio Sucre. Durante a análise desta alternativa, os solicitantes exigiram um compromisso firme de que não haveria armazenamento subterrâneo no Predio Sucre em nenhuma circunstância, o que não era aceitável para o BID e para a agência executora, pois criaria uma enorme incerteza para o projeto. Em setembro, tornou-se evidente que não seria possível chegar a um acordo entre as partes e, por esse motivo, o processo de diálogo foi encerrado e o caso foi transferido para a Fase de Verificação da Observância.

Conforme a Política do MICI, a equipe desenvolveu uma recomendação para uma Verificação da Observância em 21 dias úteis. Uma vez recebidos os comentários das partes, a recomendação final será submetida à consideração da Diretoria Executiva em 2023.

O projeto

Operação de empréstimo: **AR-L1151**

Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **150.000.000 USD**



Reclamações sob análise de admissibilidade

2022 ▶ 9 casos analisados

Em 2022, nove casos passaram pela etapa de admissibilidade; um recebido em 2021 e oito registrados no decorrer do ano. Nesta etapa, o MICI analisa em detalhes o problema levantado e recolhe mais informações dos reclamantes e dos responsáveis pelo projeto, que podem apresentar suas respectivas perspectivas a respeito das questões levantadas na reclamação. Pela primeira vez desde a situação pandêmica, a equipe foi capaz de realizar reuniões presenciais durante uma missão em campo para completar esta etapa.



Situação dos casos em 31 de dezembro de 2022

Não admissível



11%

Em processo



11%

Admissíveis



78%

Dos nove casos analisados nesta etapa:

- Sete foram declarados admissíveis e passaram para a Fase de Consulta por opção dos solicitantes.
- Uma reclamação referente ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo na Bahia, Brasil (MICI-BID-BR-2022-0196), não foi admitida porque várias exclusões foram aplicadas.
- No fim do ano, a reclamação sobre o Projeto de Melhoria da Ferrovia General San Martín, na Argentina (MICI-BID-AR-2022-0201), ainda se encontrava em processo de admissibilidade.



A reclamação foi apresentada por três residentes do estado da Bahia, no Brasil, representados por um advogado e que solicitaram que as suas identidades fossem mantidas em sigilo por medo de represálias. Em sua reclamação, os reclamantes alegam potenciais danos ao patrimônio e às suas condições de vida devido a supostas irregularidades no processo de desapropriação, no contexto de uma série de operações na área. Na reclamação, denunciavam especificamente as práticas inadequadas de reassentamento involuntário — neste caso em forma de desapropriação indevida e ilegal de bens imóveis —, além de encargos econômicos causados pela perda do terreno e de casas, lucro cessante ligado a aluguéis de imóveis, assim como cobrança desproporcional de impostos imobiliários.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação foi registrada em 27 de setembro após uma prorrogação concedida pelo MICI para que os reclamantes apresentassem informações adicionais. Em 29 de novembro, o MICI determinou que a reclamação não era admissível já que não foi possível ligar as alegações de danos às operações financiadas pelo Banco. Além disso, para vários projetos, também aplicava a exclusão de reclamações apresentadas depois de 24 meses após o último desembolso (exclusão 19.f da Política do Mecanismo).

Os destaques

Como parte do processo de determinação de admissibilidade para assegurar um processo sólido e abrangente que desse clareza aos reclamantes sobre a conclusão alcançada, o MICI realizou uma análise histórica das sete operações de tal setor, desde 1993 até a presente data.

O projeto

Operação de empréstimo: **BR-L1300**

Sector: **Turismo sustentável**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **71.960.757 USD**



MICI-BID-AR-2022-0201

Aberta — Admissibilidade em processo

ARGENTINA

Projeto de Melhoria da Ferrovia General San Martín: Ramal Retiro-Pilar

A reclamação foi apresentada por 176 moradores da cidade de Buenos Aires, Argentina, que solicitaram sigilo por temerem represálias. Em sua reclamação, descrevem danos futuros e potenciais às condições ambientais, sociais, econômicas e de vida resultantes das obras de eletrificação e construção de túneis para a melhoria da ferrovia General San Martín, em seu trecho entre Retiro e Pilar.

O grupo de solicitantes destaca que o modelo do projeto afetaria o traçado urbano e tornaria o bairro menos acessível para pedestres e para pessoas com deficiência. Eles também alegam que a construção afetaria o acesso a setores comerciais, trazendo prejuízos para pequenos negócios e seus trabalhadores, além de prejudicar o acesso a hospitais e outros serviços. Da mesma forma, os reclamantes apontam que o projeto sofreu várias modificações e que a última consulta pública foi realizada em 2017 e, portanto, eles dispõem apenas de informações desatualizadas e confusas.



Gestão do MICI em 2022

A reclamação foi registrada em 21 de dezembro, depois que os reclamantes enviaram informações adicionais que não constavam na reclamação original. O prazo para determinar a admissibilidade desta reclamação é março de 2023.

O projeto

Operação de empréstimo: **AR-L1267**

Sector: **Transporte**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **400.000.000 USD**



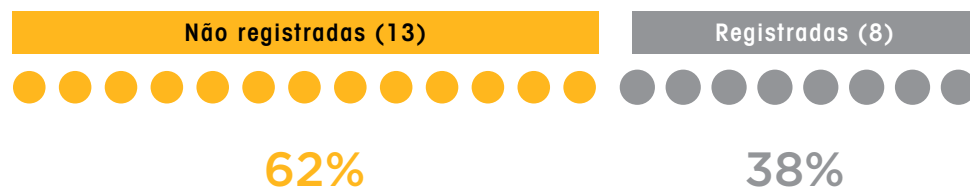
Fotografia: BID

Reclamações não registradas

Quando o Mecanismo recebe uma nova reclamação, o conteúdo da reclamação é analisado em um prazo de cinco dias úteis para verificar se os requisitos e as informações necessárias para a tramitação inicial são cumpridos ou não (parágrafo 14) e determinar se as cláusulas previstas da Política do MICI (parágrafo 19) se aplicam.

Das 21 reclamações recebidas em 2021, 13 não cumpriram algum dos requisitos ou alguma exclusão era aplicada, portanto o MICI concluiu a tramitação na etapa de registro. As outras seis passaram para a etapa de admissibilidade.

2022 ▶ 21 reclamações recebidas



Reclamações recebidas em 2022: Razões para não registro

Reclamações sem prévio contato com a Administração	5	×	×	×	×	×	38%
Reclamações relacionadas a processos de aquisições e/ou contratações	3	×	×	×			23%
Reclamações recebidas 24 meses após o último desembolso	2	×	×				15%
Referidas exclusivamente a considerações de corrupção	2	×	×				15%
Pedidos de informação	1	×					8%

Reclamações não registradas

- Cinco reclamações não foram registradas porque os solicitantes não haviam feito contato prévio com a equipe de projetos do BID, do BID Invest ou do BID Lab. Considerando que os reclamantes não manifestaram temor a represálias, as reclamações foram encaminhadas à Administração.
- Três reclamações não se referiam a temas do âmbito do MICI e foram reenviadas ao escritório de Aquisições do BID.
- Duas reclamações se referiam exclusivamente a temas de corrupção, que não são competência do mecanismo, e o MICI as encaminhou ao Escritório de Integridade Institucional (OII) do Banco.
- Não foram registradas duas reclamações relacionadas a dois projetos cujo prazo de dois anos desde o último desembolso realizado pelo BID já havia passado.
- Finalmente, uma reclamação continha somente um pedido de informações e foi encaminhada para a Administração.



Reclamações não registradas por estarem fora do âmbito do MICI

Cinco reclamações não foram registradas porque tratavam exclusivamente de práticas proibidas, corrupção, processos de aquisições ou licitações, assuntos esses que não fazem parte do âmbito de competência do MICI (cláusula 19, letra a). Nesses casos, a reclamação é transferida ao escritório correspondente do Banco e a documentação é catalogada como confidencial.

MICI-BID-BO-2022-0183

Concluída — Não registrada

BOLÍVIA

Revigorando o Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação na Bolívia

A reclamação foi apresentada por um morador da Bolívia, que levantou preocupações vinculadas a práticas proibidas e potenciais violações do código de ética do Banco.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada e o solicitante foi encaminhado ao Escritório de Integridade Institucional (OII) e ao Escritório de Ética do Banco.

Os destaques

Esta foi a segunda reclamação sobre operações do BID Lab que o MICI recebeu desde que entrou em vigor a atual Política do MICI em 2015.

O projeto

Cooperação Técnica: **B0-T1346**

Sector: **Empresas privadas e desenvolvimento de PMEs**

Categoria ambiental: **C**

Financiamento do BID Lab: **750.000 USD**



Cronologia da reclamação

31-Jan-22



Não Registrada

Recebimento

MICI-BID-TT-2022-0190

Encerrada — Não registrada

TRINDADE E TOBAGO

Programa de Requalificação e Revitalização Urbana

A reclamação foi apresentada por uma empresa privada de Trindade e Tobago, a qual apontava potenciais irregularidades nos processos de aquisição ligados ao Programa de Modernização e Revitalização Urbana.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada, pois somente continha denúncias fora do âmbito do Mecanismo e foi transferida para a equipe de Aquisições do Banco.

O projeto

Operação de empréstimo: TT-L1057

Setor: **Desenvolvimento urbano e moradia**

Categoria ambiental: **C**

Financiamento do BID: **1.750.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 22-Jul-22



Não Registrada

Recebimento

MICI-BID-CO-2022-0191

Encerrada — Não registrada

COLÔMBIA

Programa de Adoção e Implementação de Cadastro Multipropósito Rural-Urbano

A reclamação foi apresentada por um morador de Bogotá, Colômbia, acerca de práticas proibidas nos processos de aquisição do “Programa para Adoção e Implementação de um Cadastro Multiuso Rural-Urbano”.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada e foi encaminhada à equipe de aquisições do Banco para que possam abordar os problemas descritos.

O projeto

Operação de empréstimo: CO-L1164

Setor: **Reforma e modernização do Estado**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **50.000.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 22-Jul-22



Não Registrada

Recebimento

MICI-BID-NI-2022-0195

Encerrada — Não registrada

A reclamação, apresentada por uma empresa sediada em Manágua, Nicarágua, incluía apenas alegações de possíveis anomalias em aquisições e contratações.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada e foi encaminhada à equipe de Aquisições do Banco.

NICARÁGUA

Projeto de Melhoria e Gestão Sustentável dos Serviços de Água Potável e Saneamento em Áreas Urbanas e Periurbanas

O projeto

Operação de empréstimo: **NI-L1145**

Sector: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **72.000.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 26-Ago-22



Não Registrada

Recebimento

MICI-BID-BR-2022-0202

Encerrada — Não registrada

A reclamação foi apresentada por um morador da cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, Brasil, que alegou possíveis práticas corruptas na execução do projeto.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada já que as alegações estavam fora do alcance do Mecanismo e a denúncia foi encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional (OII) do Banco.

BRASIL

Programa de Reestruturação e Melhora da Qualidade das Redes Assistenciais na Cidade de São Paulo -Avança Saúde SP

O projeto

Operação de empréstimo: **BR-L1429**

Sector: **Saúde**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **200.000.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 13-Dez-22



Não Registrada

Recebimento

Reclamações não registradas – sem contato prévio com a Administração

Um dos requisitos para registrar uma reclamação é que os solicitantes tenham recorrido à Administração do Grupo BID para tentar resolver suas preocupações antes de recorrer ao MICI, a não ser que os reclamantes tenham possíveis represálias por expressarem suas preocupações. Quando este requisito não é cumprido, o MICI fornece as informações para que os reclamantes e a equipe do projeto do Grupo BID possam estabelecer um contato inicial, e os reclamantes são informados que sempre há a possibilidade de apresentar uma nova reclamação, caso se considere que suas preocupações não foram devidamente atendidas. Essa situação ocorreu em cinco reclamações recebidas em 2022.

MICI-CII-UR-2022-0186

Encerrada – Não registrada

URUGUAI

Linha de Transmissão Verde Tacuarembó-Salto

A reclamação foi apresentada por quatro integrantes da família Morató, moradores de Paysandú, Uruguai. Na reclamação, alegam possíveis danos a seus bens devido à construção e à instalação de 20 torres metálicas de 48 metros de altura para a linha elétrica de alta tensão prevista no projeto.

Os reclamantes consideram que a análise e a identificação dos impactos foram inadequadas, especificamente no que diz respeito à proteção de monumentos históricos, e que não houve uma análise completa de alternativas nem de protocolos adequados para proteger lugares de importância cultural. Eles também alegam que não houve um processo de consulta e denunciam a falta de informação disponível.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada em março para permitir que os reclamantes entrassem em contato com a equipe de projetos para tentar resolver suas preocupações.

Contudo, uma vez cumprido o requisito do contato prévio e ao considerar que suas preocupações continuavam sem solução, os solicitantes decidiram retornar ao Mecanismo a reclamação [MICI-CII-UR-2022-0199](#), apresentada em novembro e descrita acima.

O projeto

Operação de empréstimo: **12220-01**

Sector: **Energia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID Invest: **114.069.000 USD**



Cronologia da reclamação

15-Mar-22



Não Registrada
Recebimento

Os destaques

Esta foi a primeira reclamação que o MICI encaminhou formalmente ao Mecanismo de Gestão de Reclamações do BID Invest, para dar a eles a possibilidade de lidar com as questões diretamente e como uma primeira opção.

MICI-BID-AR-2022-0187

Encerrada — Não registrada

ARGENTINA

Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Reconquista — Reclamação IV

A reclamação foi apresentada por dois moradores da Villa Anita, no distrito de Moreno na província de Buenos Aires, acompanhados pelo procurador federal do distrito de Moreno. Os solicitantes alegam potenciais danos à sua qualidade de vida, deterioração do espaço público e acesso aos serviços públicos como resultado dos trabalhos inacabados nas obras da rede de esgoto que fazem parte do programa. Da mesma forma, chamam a atenção para a falta de informação e de comunicação com os moradores sobre o futuro das obras.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada, pois os reclamantes não haviam feito o contato prévio com a equipe do projeto. Entretanto, nos meses seguintes, o grupo de reclamantes decidiu retornar ao MICI (reclamação número [MICI-BID-AR-2022-0188](#)) ao considerar que as questões levantadas continuavam válidas.

O projeto

Operação de empréstimo: **AR-L1121**

Sector: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **230.000.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 01-Jun-22



Não Registrada

Recebimento

MICI-BID-CO-2022-0193

Encerrada — Não registrada

COLÔMBIA

Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação VI

Um morador de Bogotá, Colômbia, apresentou esta reclamação referente a potenciais danos à sua propriedade e a condições de vida frutos da desapropriação de um edifício comercial para construir o projeto da primeira linha de metrô de Bogotá.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada, pois não foi feito o contato prévio com a Administração do Banco. O MICI encaminhou a reclamação ao Protocolo do BID e à equipe de projetos para que fossem por eles considerados.

O projeto

Operação de empréstimo: **CO-L1234**

Sector: **Transporte**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **70.000.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 19-Ago-22



Não Registrada

Recebimento

MICI-BID-CO-2022-0194

Encerrada — Não registrada

COLÔMBIA

Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação VII

A reclamação foi apresentada por um morador de Bogotá, Colômbia, referente a potenciais danos à sua propriedade e a condições de vida frutos da desapropriação do seu negócio, uma oficina mecânica, para a construção do projeto da primeira linha de metrô de Bogotá.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada, pois não foi feito o contato prévio com a Administração do Banco. O MICI encaminhou a reclamação ao Protocolo do BID e à equipe de projetos para que fossem por eles considerados.

O projeto

Operação de empréstimo: **CO-L1234**

Sector: **Transporte**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **70.000.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 19-Ago-22



Não Registrada

Recebimento

MICI-BID-CO-2022-0200

Encerrada — Não registrada

COLÔMBIA

Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação VIII

A reclamação foi apresentada por um morador de Bogotá, Colômbia, acompanhado de seu advogado. Em sua reclamação, descreve um dano potencial às suas condições de vida e de sua família decorrente da desapropriação de seu imóvel para a construção do projeto da primeira linha de metrô de Bogotá. Alega, especificamente, que as medidas realizadas pelo organismo executor foram incorretas e que os termos da desapropriação não levaram em conta o lucro cessante, uma vez que parte do imóvel é alugado a empresas. Também não foi considerado que o reclamante vive com a sua família nesse imóvel, de modo que, se o despejo fosse realizado, eles ficariam sem moradia.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada, pois não foi feito o contato prévio com a Administração do Banco. O MICI encaminhou a reclamação ao Protocolo do BID e à equipe de projetos para que fossem por eles considerados.

O projeto

Operação de empréstimo: **CO-L1234**

Sector: **Transporte**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **70.000.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 29-Nov-22



Não Registrada

Recebimento

Reclamações não registradas até o prazo de recebimento

Duas reclamações não foram registradas porque, no momento da recepção, havia passado 24 meses desde o último desembolso da operação objeto da reclamação, de modo que se aplicava a exclusão 19, letra f, da Política do Mecanismo.

MICI-BID-CO-2022-0197

Encerrada — Não registrada

COLÔMBIA

Central Hidroelétrica Porce III — Reclamação II

A reclamação foi apresentada por moradores dos municípios de Amalfi, Anorí, Guadalupe, Gómez Plata e vários povoados ao longo do rio Porce, no departamento de Antioquia, Colômbia. Os reclamantes solicitaram que suas identidades permanecessem em sigilo por temor a represálias.

Na reclamação, alega-se que os projetos de centrais hidrelétricas Porce II, Porce III e Porce IV tiveram um impacto negativo nas condições de vida dos habitantes da região devido ao realojamento forçado ao qual foram submetidos. Alegam, também, desaparecimento de líderes sociais, camponeses e o desenraizamento e o empobrecimento da região, que estão ligados à construção e ao funcionamento dos projetos. Cabe assinalar que este grupo já havia entrado em contato com o Mecanismo em 2015 e a sua reclamação, sob o número [MICI-CO-2015-096](#), não foi considerada admissível.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada, pois aplicava duas das exclusões previstas na Política do MICI: por um lado, para os projetos Porce II e Porce III, aplicou-se a exclusão 19.f porque já haviam decorrido mais de 24 meses após o encerramento da operação. Mais especificamente, os últimos desembolsos ocorreram em julho de 2001 e dezembro de 2012. Por outro lado, a operação relacionada ao projeto Porce IV ainda não havia sido aprovada pela Diretoria Executiva do Banco e, assim,

O projeto

Operação de empréstimo: **CO-L1005**

Setor: **Energia**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **200.000.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 24-Out-22



também se aplicou uma das exclusões previstas (19.e). Com relação a este último projeto, o MICI propôs aos reclamantes entrarem em contato com a Administração do BID por meio do seu Protocolo de Reclamações Ambientais e Sociais para receberem informação sobre o estado da operação. O Mecanismo também relatou à Administração sobre essa reclamação e sobre a importância de esclarecer as informações relativas à intervenção do Banco.

Os destaques

Graças à interação entre o MICI e o Protocolo, os reclamantes receberam informações oficiais, pelas quais o Banco informou que não financiaria o projeto PORCE IV, esclarecendo, portanto, as operações do BID na área.

MICI-BID-BR-2022-0198

Encerrada — Não registrada

BRASIL

Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica — Reclamação II

A reclamação foi apresentada por dois moradores da cidade de Peruíbe, no estado de São Paulo, Brasil. Este grupo havia entrado em contato com o Mecanismo em 2010 (caso número [MICI-BR-2010-003](#)) e, assim como naquela ocasião, a reclamação alegava possíveis prejuízos em suas condições de vida fruto da construção de um hotel-restaurante parte do projeto, o que supostamente geraria concorrência desleal com as comunidades locais.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada, pois o BID realizou o último desembolso para este projeto em agosto de 2019 e já havia passado mais de 24 meses quando a reclamação foi apresentada.

O projeto

Operação de empréstimo: **BR-L1241**

Sector: **Meio ambiente e desastres naturais**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **470.163.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 07-Nov-22



Não registrada – Pedido de informação

Quando uma solicitação não contém uma alegação de dano, mas solicita informações ou documentação específica de uma operação financiada pelo Grupo BID, o MICI encaminha os reclamantes ao site do Banco para fazer uma [Solicitação de Informação](#) formal e notifica o Escritório de Acesso à Informação.

MICI-BID-VE-2022-0185

Encerrada — Não registrada

VENEZUELA

Apoio ao Programa Ação Social Centro de Música - Fase II

A reclamação foi apresentada por um meio de comunicação que buscava acesso à informação do projeto e uma entrevista com algum representante do Banco.

Gestão do MICI em 2022

A reclamação não foi registrada, pois se tratava de um pedido de informação. Os escritórios de Acesso à informação e o departamento de Comunicação do BID foram informados sobre a questão.

O projeto

Operação de empréstimo: **VE-L1017**

Sector: **Investimentos sociais**

Categoria ambiental: **C**

Financiamento do BID: **150.000.000 USD**



Cronologia da reclamação

▼ 22-Fev-22





Anexos

Anexo 1. Orçamento 2022

Orçamento aprovado e executado para 2022 Cifras em dólares dos Estados Unidos da América

Rubricas orçamentárias 2022	BID	BID Invest	Total
Salários	2.138.513		2.138.513
Gestão de Reclamações	603.057	535.184	1.138.241
Aprendizagem Institucional	67.600	5.500	73.100
Divulgação e Relacionamento estratégico	17.500	36.200	53.700
Fortalecimento da Equipe do MICI	28.370	11.180	39.550
Fundo de Contingência	50.000	30.000	80.000
Total Orçamento Aprovado + Fundo de Contingência	2.905.040	618.064	3.523.104

Execução 2022	BID	BID Invest	Total
Total Executado	2.152.920	477.086	2.630.006
Fundo de Contingência Executado			
Total Executado + Fundo de Contingência Executado	2.152.920	477.086	2.630.006

Anexo 2. Divulgação em 2022

Divulgação externa

Mês	Evento	Cidade
Fevereiro	Painel da <i>American Bar Association</i> (ABA) sobre as boas práticas internacionais.	Virtual
Março	Participação do MICI no 4.º Congresso Americano de Mediação	Virtual
Março	Participação do MICI na <i>LEAD University</i> – Especialização em Alianças Público-Privadas	Virtual
Abril	Fórum de aprendizagem sobre resolução de conflitos (5 sessões)	Virtual
Abril	Mesa redonda do MICI com organizações da sociedade civil – em espanhol	Virtual
Abril	Mesa redonda do MICI com organizações da sociedade civil – em português	Virtual
Abril	Mesa redonda do MICI com organizações da sociedade civil – em inglês	Virtual
Maio	Sessão do MICI com a Secretaria Executiva da CIDH	Virtual
Maio	Participação na conferência anual da Associação Internacional para Avaliação de Impacto (IAIA)	Vancouver, Canadá
Junho	Apresentação do MICI na <i>American University</i> – <i>Washington College of Law</i>	Washington, DC (EUA)
Junho	Conversa entre os representantes da CIDH com a equipe do MICI	Virtual
Junho	Seminário virtual do Mecanismo de Resolução de Reclamações e Responsabilidade (GRAM)	Virtual
Junho	Semana de sustentabilidade do BID Invest	Miami, FL (EUA)
Julho	Fórum Regional sobre Empresas e Direitos Humanos	Bogotá, Colômbia
Julho	Participação na "Consulta Regional nas Américas para reforçar a cooperação entre as Nações Unidas e os Mecanismos Regionais sobre Empresas e Direitos Humanos"	Virtual
Agosto	Participação do MICI na Sessão Anual do Painel Externo de Revisão da Política de Acesso à Informação	Virtual
Outubro	2.º edição do curso de graduação de Direitos Humanos e Empresas da UDP	Virtual
Outubro	XIX Reunião Anual da IAMnet	Nova Iorque, NY (EUA)
Outubro	Reunião com organizações da sociedade civil como parte da Reunião Anual da IAMnet	Nova Iorque, NY (EUA)
Dezembro	Apresentação no Diálogo entre Profissionais sobre "Saída responsável"	Virtual
Dezembro	Apresentação às organizações da sociedade civil dos Mecanismos de reclamação do Grupo BID	Virtual

Divulgação interna

Mês	Evento	Cidade
Fevereiro	Mesa redonda sobre "Risco de represálias: compartilhando perspectivas e experiências"	Virtual
Abril	Orientação institucional para novas equipes do BID	Virtual
Abril	Apresentação do MICI no escritório de país do BID na Colômbia	Bogotá, Colômbia
Maio	Grupo de discussão do MICI Reflexões — Consultas significativas e acesso à informação	Washington, DC (EUA)
Maio	Mesa redonda do MICI com gerentes e representantes do Cone Sul (CSC)	Virtual
Maio	Apresentação na Oficina de Fundamentos de Operações com Garantia Soberana	Virtual
Junho	Apresentação do MICI para os países do grupo andino (CAN)	Virtual
Junho	Série de discussões sobre Reparação – Primeira sessão	Virtual
Setembro	Debate: IDB Invest 2.0 – "Riscos não financeiros"	Washington, DC (EUA)
Outubro	Série de discussões sobre Reparação – Segunda sessão	Washington, DC (EUA)
Outubro	Seminário de orientação institucional para novas equipes do Grupo BID e membros da Diretoria	Virtual
Outubro	Apresentação na Workshop sobre fundamentos das operações com garantia soberana	Virtual
Novembro	Sessão com equipes ambientais e sociais das representações dos países (2 sessões)	Washington, DC (EUA)
Dezembro	Lançamento da publicação do MICI Reflexões "Falar, informar ou envolver?: as consultas às comunidades e o acesso à informação sob a análise do MICI"	Washington, DC (EUA)

MECANISMO INDEPENDIENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO

mecanismo@iadb.org

Tel: +1 (202) 623-3952

Fax: +1 (202) 312-4057

Dirección postal: 1300 New York Ave., N.W.

Washington, D.C. USA, 20577

www.iadb.org/mici